ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE JUNHO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA N° 063 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2° SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por 20 minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:36 HORAS E REABERTA ÀS 08:51 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Está reaberta a presente Sessão.

Com a palavra, o Sr. 2° Secretário, para a leitura da Ata.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 1° DE JUNHO DE 1999, ÀS 11:30 HORAS.)

O SR. 2° SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1° Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (LÊ) - 1°) Ofício da Casa Civil, ao Deputado Pedro Satélite, em resposta à sua Indicação, solicitando a criação imediata de uma Delegacia especializada da Infância e da Juventude em Sinop;

2°) Ofício ao Deputado Carlos Brito, sobre a isenção do ICMS no faturamento da energia elétrica consumida para iluminação pública dos municípios;

3°) Ofício do Ministério do Estado Extraordinário de Política Fundiária, em resposta do Ministro Raul Jungmann, acusando recebimento de uma proposição do Deputado Silval Barbosa, que solicita ao INCRA e ao Governo do Estado estudos no sentido de possibilitar às prefeituras que firmam convênio com o INCRA a adquirir máquinas para a execução, manutenção e recuperação das estradas, objeto dos convênios;

4°) Ofício da Secretaria de Saúde ao Deputado Humberto Bosaipo, solicitando prorrogação por mais quinze dias com objetivo de concluir o levantamento de todas as informações requeridas pelo Parlamentar, igual prazo para o Deputado Elarmin Miranda, versando sobre evento realizado pela Administração Direta e Indireta, no período de 01/01/95 a 31/12/98;

5°) Ofício da Casa Civil, ao Deputado Riva, que versa sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-020, entroncamento da BR-158, passando por Canarana até Paranatinga;

6°) Ofício da Casa Civil, ao Presidente Riva, Presidente desta Casa, respondendo a indagação sobre a criação e instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude em Sinop;

7°) Ofício da Casa Civil, em resposta ao Deputado Moacir Pires, encaminhando Parecer da Diretoria Geral da Polícia Judiciária Civil, sobre a instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude em Jaciara;

8°) Ofício da Casa Civil, em resposta à reivindicação da Deputada Serys Slhessarenko, versando sobre a necessidade da criação e imediata instalação da Delegacia Especializada da Infância e da Juventude em Sinop;

9°) Ofício ao Deputado José Carlos Freitas informando sobre a criação de Delegacia da Mulher nos municípios em que a população seja acima de quinze mil habitantes;

10) Ofício da Casa Civil, ao Deputado Carlos Brito, respondendo à reivindicação de reequipar a Polícia Judiciária Civil de Novo São Joaquim.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu solicito a inversão da minha inscrição, Sr. Presidente, com o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos colaborar mais uma vez com o Prefeito de Cuiabá, que por sinal não está atendendo muito as nossas reivindicações. Nós temos tentado até colaborar com ele, mas eu não sei o que acontece com o Prefeito Roberto França, que tudo de bom que nós apresentamos para Cuiabá, ele não faz.

Mas nós temos aqui mais algumas Indicações...

Hoje, nós não temos nenhum Líder do Prefeito aqui... Ah, tem... Tem o Deputado Moacir Pires, que está aí.

Por falar em Roberto França, o Prefeito está de "mala pronta" já para ir para o PMDB.

É verdade, Deputado Zé Carlos do Pátio? Ele já está indo para o PMDB?

Isso aí não é surpresa para ninguém. Nós conhecemos muito bem o caráter do Prefeito Roberto França e sabemos que ele é capaz de muito mais coisas - como abandonar o Partido. Isso não é difícil, não! Ele foi colega do ex-Deputado Francisco Monteiro, que conhece também muito bem essa figura impoluta que é o Roberto França. Nós sabemos que não é difícil ele "ir de mala e cuia", com a sua "catrevada" para o PMDB. Mas que vá logo, não fique aí fazendo especulação. Eu já disse dentro do Partido e repito: as coisas ruins nós temos que deixar sair! Vai embora! Vai saindo! Vai desocupando...

Mas nós temos aqui, Sr. Presidente, Indicação para que o Prefeito possa, se é possível... Ele que diz que é o melhor Prefeito de Cuiabá, não é Américo? Você que acompanha bastante o Prefeito Roberto França...

Aliás, a imprensa toda, a nossa querida imprensa, uma vez que o Roberto França - não é, Lucena? - é um militante da imprensa... Esse cidadão está fazendo uma

administração no centro da cidade, isso aí todo mundo sabe, todo mundo vem acompanhando. O grande jardineiro que Cuiabá tem é o Prefeito Roberto França!

E, aproveitando esse "intuito de jardineiro" que ele tem, nós estamos fazendo uma Indicação para que ele também urbanize a praça do Bairro Jardim Cuiabá. Eu acho que ele esqueceu que o Bairro Jardim Cuiabá está num local central também. Não é, nosso amigo fotógrafo que mora lá no Bairro Jardim Cuiabá? E ali passa muita gente também. Vai ser mais uma obra para que o povo possa ver que o nosso "jardineiro" está fazendo alguma coisa. Já está terminando o mandato dele e ele não teve, ainda, a oportunidade de alertar para que possa arrumar aquela praça. Fica ali perto do Hospital Jardim Cuiabá, por onde a maioria dos cuiabanos passa para fazer a sua caminhada. E vai ser mais uma obra à vista do povo, já que ele gosta de fazer jardim.

Sem falar no Ribeirão do Lipa também, que tem duas praças que precisam ser ornamentadas. Tem o Bairro da Pólvora, que tem lixo na rua, buraco nas calçadas. Enfim, os bairros estão todos abandonados. Sem falar das policlínicas que não têm médico, não tem agente de saúde, não tem remédios...

Enfim, nós estamos aqui apresentando várias Indicações para que o Prefeito possa fazer alguma coisa em benefício do povo cuiabano. Nós até solicitamos que ele construa, nobre Deputado Carlão Nascimento, uma ponte...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ROBERTO NUNES - Bom, já acabou o tempo... Ali no Sol Nascente, para ligar o Sol Nascente à Avenida dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós concedemos mais um minuto a V. Exª, Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Muito obrigado. Falar do Prefeito a turma gosta...

Mas, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu, como Líder do PSDB, desejo felicidades ao PMDB, que leve o Prefeito Roberto França e toda a sua "catreva", para que ele possa ficar por lá definitivamente. Agora, tome cuidado! Se o PMDB não for do gosto dele, amanhã ele sai e vai procurar outro Partido, porque o homem que mais andou em Partido aqui no Estado de Mato Grosso chama-se Roberto França. Onde ele vê que não está bom para ele, ele...

Mas eu desejo felicidades a ele no PMDB. Que V. Exªs façam bom uso do Roberto França e que ele vá logo e nos deixe livre dentro do PSDB. Muito obrigado, Sr. Presidente.

As Indicações eu passo às mãos do Consultor Técnico-Jurídico, Dr. Francisco Monteiro, ex-colega do Deputado Roberto França.

(AS INDICAÇÕES DEIXAM DE SER TRANSCRITAS POR NÃO TEREM SIDO REPASSADAS A ESTE SETOR.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esta Presidência anuncia a presença no plenário e deseja boas-vindas ao ex-Secretário de Agricultura do Município de Apiacás, Sr Luciano, aos companheiros do Município de Colíder, Presidente do Sindicato, Presidente da Associação dos Assentados, Sr. Adão, líder do assentamento, e o Sr. Chiquinho, a pedido também do nosso companheiro Deputado Jair Mariano. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade.

Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, o que me traz à tribuna nesta manhã, Deputado Pedro Satélite, é a necessidade imperiosa de, como fiscal da lei, tomar as devidas providências cabíveis para aqueles que mesmo que se considerem acima da lei, possam respeitá-la e preservá-la, como foi feito em juramento constitucional quando da posse aqui nesta Casa.

Começo o meu pronunciamento, Sr. Presidente - e peço a tolerância desta Mesa, pela gravidade do assunto -, com a nota do jornal *Folha do Estado* desta manhã, que contesta legitimamente o fato de que o Deputado Emanuel Pinheiro estaria questionando o Governador do Estado de estar andando em um Ômega zero-quilômetro, se deveria andar de Fiat Uno. Eu não questiono que o Chefe do Poder Executivo tenha que usar um carro compatível com a importância, a relevância e a estatura do seu cargo, o que eu questiono, Sr. Presidente, é a forma ilícita, ilegal e imoral de se adquirir, em nome do povo mato-grossense, um veículo que num momento de crise daria para comprar dez viaturas para atender os bairros da violenta Cuiabá ou para atender municípios do violento Estado de Mato Grosso.

O que eu questiono, Sr. Presidente, é a forma de se adquirir este veículo, num momento em que todos os jornais estampam... Eu tenho aqui anexadas à nossa denúncia diversas matérias do jornal *Diário de Cuiabá*, em que os próprios Delegados denunciam que nem combustível existe para tocar as viaturas para dar segurança pública à população. E, no entanto, numa verdadeira farra com o dinheiro público, num desrespeito flagrante à lei, o Governador se utiliza de um recurso específico como manda a lei, Lei n° 6.805, que é a Lei do FUNRESEG, o recurso específico para reequipamento e manutenção da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, que seria de total responsabilidade, a sua utilização, da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Portanto, houve um flagrante desrespeito à lei, mas eu não quis aqui, Sr. Presidente, ser confundido como um dos Líderes da Oposição. Eu quero aqui, sim, cumprir o meu papel de Deputado Estadual e fiscal da lei. Por isso, apresento neste momento uma denúncia por crime de responsabilidade como cidadão, conforme preceitua a Constituição Estadual, no seu artigo 68, e o Código de Processo Penal, no seu artigo 71, com o intuito de denunciar por crime de responsabilidade o Sr. Governador do Estado Dante Martins de Oliveira.

Passo a ler a presente denúncia:

"Circulou na mídia de Cuiabá nos dias 28, 29 e 30 o escândalo da aquisição de um veículo de luxo, tipo Ômega, ao custo aproximado de R$80.000,00, que teria sido feita a tradição com verbas oriundas do FUNRESEG."

Aqui está o problema, valorosa imprensa de Mato Grosso, não é o fato do Governador ter um Ômega para lhe transportar, mas foi a forma como ele adquiriu este Ômega, com recursos destinados à Segurança Pública de Mato Grosso, contrariando a Lei n° 3.612/75, alterada pela Lei n° 6.805, em seus Artigos 1° e 2°.

Este Parlamentar quer deixar claro que tem mais de 20 dias que estou em cima deste caso, estudando-o diuturnamente.

Preocupei-me, Sr. Presidente, em pedir um parecer ao Consultor Jurídico da Presidência desta Casa, Dr. Sílvio Luís Oliveira, e aqui está o parecer do Dr. Sílvio, relatando que esta medida foi ilícita e ilegal. Preocupei-me em pedir um parecer do Assistente Técnico

Especial da Mesa Diretora desta Casa, que de igual maneira considerou ilícita, imoral e ilegal a aquisição desse veículo.

Vejam só que o Parlamento está em xeque, pois a área jurídica desta Casa, *in totum*...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. EMANUEL PINHEIRO - ...denunciou como ilegal, imoral e ilícita a transação do veículo que serve o Governador do Estado.

É de minha iniciativa o parecer do Assistente Técnico Especial da Mesa Diretora, Dr. Air Praeiro Alves, que opina desfavoravelmente...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa ao orador que o seu tempo encontra-se esgotado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu solicitei a V. Exª tolerância, inclusive, colocando-me no período disponível à Liderança do Partido da Frente Liberal. Neste expediente, eu posso pedir pela Liderança, para concluir a minha denúncia e passar à Mesa Diretora...

O Sr. Humberto Bosaipo - (FORA DO MICROFONE) - Eu transfiro o período da minha inscrição ao Deputado Emanuel Pinheiro...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - O Deputado Humberto Bosaipo está me passando seu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, conforme pedido do Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - "É de minha iniciativa o parecer do nosso Assistente Técnico Especial da Mesa, que opina desfavoravelmente à aquisição, e entendendo ser ilegal e imoral na forma como se processou a alienação, passível da incursão na Lei n° 8.429, enquadrando o Governador na Lei da Improbidade Administrativa, bem como no Art. 37, combinado com o Art. 85, incisos V e VII, da Constituição da República, como também no Art. 67, incisos V e VII, da Constituição Estadual.

Ressumbra-se amplamente divorciada dos objetivos da lei, ao meu ver, a aquisição de veículo de transporte de luxo, máxime a sua desatinação - transporte do Governador do Estado. Ainda que em franca e ampla interpretação do ato, buscasse entender que a segurança do Governador é assunto inerente à Segurança Pública, mesmo assim a aquisição jamais poderia ter sido efetivada nos moldes em que se processou, pois, conforme se explicitou, a reestruturação é perfeitamente definida no Art. 2° do Pergaminho legal, fazendo guarida apenas e tão-somente..."

O dinheiro do FUNRESEG é inerente às Polícias Civil e Militar, bem como o Corpo de Bombeiros, nunca ao Gabinete do Governador, bem como a Casa Militar, alvos distantes desta Lei.

"A autoridade administrativa, ao balizar a conduta na craveira do arbítrio, rasgou-se a Lei 6.805/96, e mais, desdenhou o conteúdo da Constituição Federal em seu Artigo 37 *in fine* no que pertine aos princípios da legalidade e moralidade, combinado com a Constituição Estadual em seu Artigo 67, incisos V e VII - a probidade na administração -, combinado com a Constituição Federal, em seu Artigo 85, incisos V e VII.

Tem-se que a moralidade estatuída nos termos da Constituição Federal, é erigida a uma categoria jurídica, passível de controle jusdicional, ou, no dizer de Manoel de

Oliveira Franco Sobrinho: 'Em certas oportunidades casuísticas, o juiz da legalidade passa a ser juiz dos institutos morais das autoridades administrativas, na medida em que estes institutos afetem o ato praticado, e, em conseqüência, a própria ordem jurídica'.

E bem pode dar-se, pois, *non omne quod licet honestum est* - não se espera que todos os homens sejam honestos -, vez que ímprobo administrador, de indústria, procure cercar o ato das chamadas formalidades legais, mas sem lograr impedir que, em sua essência, ele seja imoral, no senso concebido e assim traduzido por Hely Lopes Meirelles: 'O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto".

A improbidade administrativa tem como peculiaridade seu grave potencial lesivo. Mais que sua nociva repercussão sobre a vida social, pelo mau exemplo que dissemina e pelo rótulo de descrédito que aplica a classe dirigente, agride agudamente os princípios nucleares da ordem jurídico-constitucional positiva, conforme explicitado algures.

É comezinho o despautério por que grassa o Estado no que pertine ao tema Segurança Pública, a incapacidade do Administrador em gerir, com isenção e competência, os problemas afetos àquela área sintomática, ao ponto de várias unidades policiais, civil e militar, não disporem sequer de combustível para abastecimento de suas viaturas para o policiamento ostensivo, e, ainda assim, permitir que se gaste quantia astronômica para aquisição de um veículo luxuoso para deslocamento do Governador do Estado, é no mínimo atitude rotulada de imoral.

Ao permitir a aquisição do malsinado veículo, de forma sub-reptícia, empregando-se dotação orçamentária pertinente ao Fundo de Reequipamento da Segurança Pública-FUNRESEG, agiu com imoralidade administrativa, desvio de finalidade e ilegalidade..." - desvio de finalidade e ilegalidade, Sr. Presidente - "...o Sr. Secretário de Segurança, em concurso com o Sr. Governador do Estado, máxime a consideração do mascaramento do ato como revestido das formalidades legais - Contrato de Comodato... " - que faço anexar a esta denúncia - "...desbordando-se para as raias do desvio e, por conseqüência, incurso na Lei nº 8.429/92, Lei da Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, *caput* e incisos IX e XI, e Art. 11, *caput* e inciso I.

O Regimento Interno desta Casa é omisso quanto à matéria, pelo que, subsidiariamente, deve-se aplicar a Constituição Estadual e, no que ela for omissa, a Lei nº 1.079/54.

Ante ao exposto..." - devidamente assinado e reconhecido firma, como manda a Lei - "...consubstanciado no Artigo 67, inciso V, parágrafo único, combinado com Artigo 68, *caput*, do Pergaminho Constitucional Estadual, combinado com os termos da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, em seu Artigo 75 e seguintes, subsidiariamente aplicada à matéria..."

Eu tenho, Sr. Presidente, toda a jurisdição sobre esse assunto. A Mesa é obrigada a receber esta denúncia.

"...requer seja recebida a presente denúncia e deliberada nos termos dos dispositivos adredemente referenciados."

É a denúncia! Peço ao Sr. Presidente que receba e assine a cópia, e volto ao assunto daqui a pouco para discutirmos o rito do enquadramento do Governador Dante de Oliveira em crime de responsabilidade.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 09:21 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, como Líder da Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, eu não poderia deixar de vir aqui, neste momento, até hipotecar apoio às reivindicações do Deputado Roberto Nunes, ao pedir que Cuiabá cresça cada vez mais, ao pedir infra-estrutura básica para que Cuiabá possa melhorar mais.

Eu, como Deputado Estadual, considero-me um Deputado de Cuiabá também.

Mas eu quero, Deputado Roberto Nunes, além de parabenizá-lo, além de respeitar o seu tempo como Deputado, aqui, dizer a V. Exª que é o momento de nós nos unirmos em torno de Cuiabá. É o momento de nós chamarmos o Governador Dante de Oliveira, que é um Governador que saiu da Prefeitura de Cuiabá para ajudar o Prefeito Roberto França, que sequer é do meu Partido, que sequer faz parte da nossa facção política, mas o interesse maior é o interesse dessa cidade.

Eu estou sentindo, caro colega, Deputado Estadual Roberto Nunes, que todos os prefeitos estão discriminados, todos os prefeitos deste Estado, devido ao FEF - Fundo de Estabilização Fiscal, devido à Lei Kandir e vários outros encaminhamentos e, da mesma forma, o Prefeito Roberto França também está sendo discriminado e este é o momento de unirmos forças: Deputados, Vereadores e os políticos de Mato Grosso, para ajudar essa cidade.

Aliás, Deputado Roberto Nunes, que eu respeito - Líder do PSDB - eu acho que é o momento do PSDB se unir em torno do Prefeito Roberto França. Não pode deixar o Prefeito sozinho nesse momento. Não pode deixar o Prefeito abandonado nesse momento. Ele está sendo largado, até discriminado pelo PSDB, como se fosse um marginal, e nós precisamos nos unir, porque eu tenho certeza e concordo com V. Exª, o povo humilde, o povo simples, o povo que precisa de apoio nos bairros desta Capital precisa se erguer, precisa de apoio.

Eu tenho certeza de que se o PSDB se unir, nós vamos ajudar o Prefeito Roberto França. E eu faço essa defesa não à questão partidária, mas à questão do interesse público desta Capital, até porque é um povo maravilhoso, é um povo que me acolheu com muito carinho.

Eu espero que V. Exª, que foi eleito Vice-Prefeito desta cidade, mas que também teve um ato cívico de ficar, aqui, neste Parlamento, olhe para a Capital, olhe para que possa atender realmente os interesses do povo e não deixar o Prefeito Roberto França no abandono, no descaso como está.

O que me dá impressão, Senhoras e Senhores, é que o Governo do Estado está com medo de que uma liderança nova cresça na Capital. Ele está querendo cortar, discriminar, abandonar o Prefeito Roberto França. Deixe as pessoas crescerem! Deixe as pessoas mostrarem serviço!

E quero dizer que, aqui, eu não estou misturando Partidos. Como Líder da Bancada do PMDB, eu estou defendendo os interesses da Capital, os interesses de Cuiabá, até porque, até hoje, eu só tive a oportunidade de ver o Prefeito Roberto França duas vezes na

minha vida, mas eu hoje me sinto um cuiabano, sinto-me um homem desta terra e quero defender, aqui, o Município de Cuiabá.

Não quero polemizar com V. Exª, Deputado Roberto Nunes, quero aqui elogiar as cobranças que V. Exª fez. V. Exª fez várias indicações em defesa desta Capital e V. Exª está correto. Tem que cobrar, tem que pedir, tem que lutar para melhorar a vida do nosso povo de Cuiabá...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao Deputado que o seu tempo encontra-se esgotado, mas lhe concederemos mais um minuto para a conclusão do seu raciocínio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - V. Exª está no caminho certo, em defesa de Cuiabá. Mas eu gostaria de pedir a V. Exª que criemos forças políticas aqui na Capital, unidos. Eu estou disposto a participar desta discussão com o Governo do Estado para ajudar a Capital. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convido o Deputado Riva para reassumir a Presidência.

(O DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:25 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar três proposições:

1°) PROJETO DE LEI:

Altera a redação do Artigo 11 da Lei n° 6.764, de 16 de abril de 1996.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° O Artigo 11 da Lei n° 6.764, de 16 de abril de 1996, passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 11** Os cargos de Agente Arrecadador-Chefe atuais existentes passam a denominar-se Exator-Chefe e poderão ser exercidos por servidores efetivos ou estáveis, pertencentes ao quadro da Secretaria de Estado de Fazenda ou de cargos comissionados."

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto pretende atender uma necessidade existente nos municípios, com o intuito de que a nomeação do Agente Arrecadador (Exator) possa ter em sua contratação a opção de contratar também pessoas de confiança política do governo e das lideranças e não ficar adstrito aos membros do quadro da Secretaria de Fazenda, como exige a lei.

O acréscimo da expressão "ou" na presente lei abre uma brecha no sentido de que em caso de descontentamento com os atuais e futuros agentes que estiverem ocupando o cargo não forem pessoas idôneas e/ou de confiança dos governantes que sejam substituídos por outros.

O presente Projeto tem assento constitucional no Artigo 25, VIII, da Constituição Estadual.

Espero receber a sanção do Governador do Estado e a aprovação dos membros desta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.
Deputado ALENCAR SOARES - PSDB
Deputado ELIENE - PSB
Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB
Deputado SILVAL BARBOSA - PTB
Deputado JAIR MARIANO - PPS
Deputado NILSON LEITÃO - PSDB

2°) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, Ali Veggi Atalla, a urgente necessidade da reforma do prédio da CIRETRAN no Município de Nova Xavantina.

Nos termos da Resolução n° 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, Ali Veggi Atalla, demonstrando a urgente necessidade da reforma do prédio da CIRETRAN no Município de Nova Xavantina.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por finalidade adequar as instalações físicas onde funciona a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Nova Xavantina, dando melhores condições de trabalho e segurança aos funcionários do órgão, a fim de prestar bons serviços aos usuários.

O prédio onde funciona a 29ª CIRETRAN de Nova Xavantina necessita de reforma e construção de muro em torno do terreno, pois atualmente o pátio não oferece nenhuma segurança aos veículos que se encontram apreendidos naquele local.

Cabe ressaltar que a CIRETRAN de Nova Xavantina também atende aos municípios vizinhos, demandando um grande número de veículos e usuários que diariamente utilizam os serviços ali oferecidos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.
Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

3°) INDICAÇÃO: Indica ao Exm° Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, Francisco Tarquínio Daltro, a necessidade da instalação do escritório da EMPAER no Município de Araguaiana.

Nos termos da Resolução n° 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exm° Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, Francisco Tarquínio Daltro, demonstrando a necessidade da instalação do escritório da EMPAER no Município de Araguaiana.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por finalidade atender aos anseios dos pequenos e médios produtores rurais do Município de Araguaiana, no sentido de melhorar e aumentar a produção agropecuária na região.

O Município preenche todos os requisitos para a implantação do órgão da EMPAER, sendo que a Câmara Municipal aprovou a Lei Municipal n° 269/97, de 12/08/97, autorizando o Prefeito Municipal a implantar, em convênio com o Governo do Estado, o escritório da EMPAER no Município e determinando que o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento Municipal, ficará responsável pelas instalações, móveis e equipamentos necessários ao funcionamento do referido órgão.

Os produtores rurais da região serão melhores servidos com a instalação do escritório da EMPAER/MT no Município, através dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados por esse órgão, gerando aumento de produtividade e melhorando as condições de vida do homem no campo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Deputado Riva:

Dispõe sobre a escolha de nomes para as novas unidades educacionais pelo Governo do Estado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° A escolha de nomes para as novas escolas edificadas pelo Governo do Estado deverão preceder de consulta à comunidade onde a mesma encontra-se instalada.

Parágrafo único A Secretaria de Estado de Educação disciplinará e dirigirá o processo de consulta de que trata o *caput*.

Art. 2° Fica proibida, em todo o território do Estado de Mato Grosso, atribuir nome de pessoa viva a qualquer unidade educacional pertencente à rede pública estadual.

Art. 3° A atribuição do nome deverá recair, sempre que possível, em pessoa que contribuiu ativamente para o processo educacional, cultural e histórico do Estado de Mato Grosso.

Art. 4° A propositura que encaminhar o nome escolhido deverá conter o *curriculum vitae* e o resultado do processo de consulta, com os documentos comprobatórios de sua realização.

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo estabelecer critérios para a escolha de nomes das novas escolas da rede estadual de ensino.

O Projeto de Lei propõe a existência de uma familiaridade do nome da escola no meio comunitário e a sua identificação com o fazer pedagógico, ações que deverão motivar o desempenho dos trabalhadores da educação, colaborando com a necessidade de melhoria da qualidade técnica, racional e política da escola pública.

Acrescente-se ainda que levando o nome para apreciação da comunidade onde a escola está localizada, os pais participarão da escolha e, por conseqüência, os filhos ficarão conhecendo a história da pessoa escolhida para ter o seu nome no referido estabelecimento de ensino, diferente de homenagem prestada a alguém totalmente estranho à comunidade escolar.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.
Deputado RIVA - PSDB

E, ainda, sobre a mesa, duas emendas de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) EMENDA MODIFICATIVA:

"Emenda Modificativa à Mensagem n° 04/99, de autoria do Poder Executivo.

Modifique-se a redação do *caput* do Artigo 8° da Mensagem n° 04/99, de autoria do Poder Executivo, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências', que passa a ter a seguinte redação:

'Art. 8° O orçamento de investimento previsto no Art. 162, § 5°, inciso II, da Constituição Estadual, será instituído pela programação de investimento e terá a despesa discriminada de acordo com o Art. 4° da Portaria MOG n° 42, de 14.04.99.

§ 1° ...
§ 2° ...'

JUSTIFICATIVA

A Portaria MPO n° 117, de 12.11.98, foi revogada pela Portaria MOG n° 42, de 14.04.99.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL"

2ª) EMENDA MODIFICATIVA:

"Emenda Modificativa à Mensagem n° 04/99, de autoria do Poder Executivo.

Modifique-se a redação do Artigo 7° e seu § 1°, da Mensagem n° 04/99, de autoria do Poder Executivo, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000 e dá outras providências', que passa a ter a seguinte redação:

'Art. 7° A lei orçamentária anual apresentará, conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á obedecendo à classificação funcional aprovada pela Portaria n° 42, de 14.04.99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão-MOG, e por categoria de programação, indicando, para cada uma, o orçamento a que pertence e o seu detalhamento quanto à modalidade de aplicação e ao grupo de despesa, tal como definidos na classificação de despesa quanto a sua natureza.

§ 1° As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, na forma do Art. 4° da Portaria MOG n° 42, de 14/04/99.

§ 2° ...'

JUSTIFICATIVA

A Portaria MPO n° 117, de 12.11.98, foi revogada pela Portaria MOG n° 42, de 14.04.99.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 09 de junho de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL"

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Pela Liderança do PFL, com base no Artigo 155 e parágrafo ...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Liderança do PFL, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de dez minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas, invocando a Denúncia de enquadramento do Governador Dante de Oliveira no crime de responsabilidade, de passar à douta Mesa Diretora desta Casa - passar, não, pois com certeza a Mesa Diretora já tem - ler para os nobres Pares e a douta Mesa Diretora o rito que um processo desta natureza deveria ter aqui na Assembléia Legislativa, que seria o seguinte:

"Código do Processo Penal, Lei n° 1.079, de 10.04.50.

É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa por crime de responsabilidade. A denúncia assinada pelo denunciante, com a firma reconhecida" - como está - "deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem" - como está - "ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados..." - como está.

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da Sessão seguinte e despachada a uma Comissão Especial eleita da qual participe, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos para opinar sobre a mesma.

Art. 20 A Comissão que alude o Artigo anterior se reunirá dentro de quarenta e oito horas, e, depois de eleito o seu Presidente e Relator, emitirá Parecer dentro de dez dias sobre a denúncia, se deve ou não ser julgada objeto de deliberação. Dentro deste período, poderá a Comissão proceder as diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.

Art. 21 Apresentada a denúncia e julgado objeto da deliberação, se a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, decretar procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções."

Então, tem outros artigos que disciplinam o rito sumaríssimo pela gravidade de uma denúncia de crime de responsabilidade, respaldada na forma da lei e gostaria que a douta Mesa Diretora, pela singularidade e até pela exclusão, porque jamais esta Casa, em todas essas décadas, em anos de História, sofreu pouquíssimos processos de crime de responsabilidade contra o Chefe do Poder Executivo. Então, não é uma prática comum do Poder Legislativo Estadual Mato-grossense. Peço à douta Mesa Diretora que leia com atenção. Ouça com atenção o Parecer do maior constitucionalista brasileiro, Alexandre de Moraes, que diz o seguinte:

"A Câmara dos Deputados, ou Assembléia Legislativa, pela simetria constitucional, para ver ou não a denúncia, como objeto de deliberação, tem de apreciar as gravidades dos fatos alegados e o valor das provas oferecidas. Se os fatos imputados e as razões que os ditam são aqueles notórios e esta, sem defesa, seria injustificado não haver a denúncia por objeto de deliberação. O que não se pode evitar é o exame do assunto".

Portanto, Sr. Presidente, o segundo ato, porém, "a declaração da procedência ou improcedência da acusação, é discricionário e será julgado pelo Plenário da Casa, que é soberano."

Então, com isso aqui nós podemos estabelecer, respeitando-se a Lei de 1950 e os ditames legais do constitucionalista Alexandre Moraes, na Sessão de amanhã nós já poderemos ler a denúncia de crime de responsabilidade e a partir daí pedir a V. Exª que possamos criar a Comissão com todos os Deputados, todos os componentes partidários representando esta Comissão, que possamos fazer um trabalho voltado à independência e soberania deste Poder, que é o fiscal da lei, o fiscal dos atos do Chefe do Poder Executivo de uma forma geral.

Portanto, quero também lembrar V.Exª não apenas um estudo profundo do Direito Constitucional que foi feito, como também do Código de Processo Penal que se encontra no meu poder neste momento. E dizer a V.Exª que eu tive o cuidado de pedir um Parecer prévio de um Consultor Técnico-Jurídico desta Casa, Dr. Sílvio, que também reconheceu ser a lei ilegal e imoral. Também pedi o Parecer prévio do Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora desta Casa e os dois Pareceres da ordem jurídica ligada à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa versam pela ilegalidade, pela inconstitucionalidade e pela improbidade administrativa do Governador Dante Martins de Oliveira. Portanto, pelo Parecer técnico-jurídico dos nossos juristas nesta Casa, o Governador tem que ser enquadrado por crime de responsabilidade. Era o que tínhamos para o momento. Muito obrigado, ilustre Presidente Deputado Riva.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informamos aos Srs. Deputados que recebemos nesta manhã a visita do Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Wandyr Clait Duarte, o qual nos encaminha, para conhecimento, cópia do Ofício n° 91, de 31/05/99, que trata da solicitação de medidas em relação à construção de inúmeras cadeias públicas no Estado, dirigido ao Exm° Sr. Governador, Dr. Dante Martins de Oliveira, conforme documentação anexa.

Trata-se de um relato do Tribunal de Justiça, do Corregedor Desembargador Paulo Lessa, que relata a situação de todos os presídios, todas as cadeias públicas de Mato Grosso e mostra ao Governador a preocupação com a situação das cadeias públicas.

Nós vamos passar essa documentação, após uma análise da Mesa Diretora, à Comissão de Segurança Pública, para que possa fazer uma avaliação desse relatório.

Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto (AUSENTE).

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de 10 minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, primeiramente, eu queria me referir a esse requerimento de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, solicitando o enquadramento em crime de responsabilidade do Governador do Estado de Mato Grosso, por ter comprado um Ômega no valor de quase 100 mil reais, com dinheiro, com recursos do FUNRESEG. Essa denúnica eu acredito que é muito grave, o Governo está tendo um comportamento, de uma certa forma, um verdadeiro desmando para o Estado de Mato Grosso. E o Deputado Emanuel Pinheiro, Líder do PFL na Assembléia Legislativa, vem fortalecer tudo aquilo que nós estamos colocando aqui desde o primeiro dia de mandato.

Quero aqui colocar que no mês passado saiu no *Diário Oficial* uma publicação de 850 milhões de reais de Publicidade, através do DETRAN. Quer dizer, aumentou em 157% o IPVA, 850 milhões de reais para Publicidade, através do DETRAN! Alugou um avião, um jatinho, por 10 meses, por quase 400 mil reais, sendo que ele poderia comprar um avião Xingu no valor de 500 mil reais, um avião onde ele poderia utilizar nos quatro anos de Governo. Tudo isso é em cima de quê? Em cima de altos impostos que ele atribuiu à sociedade mato-grossense.

Houve um estelionato eleitoral! O Governador Dante de Oliveira fez um estelionato eleitoral! O que quer dizer um estelionato eleitoral? Por que ele não aumentou os impostos antes das eleições? Ele resolveu aumentar os impostos depois das eleições! Será que a sociedade votaria nele, se ele aumentasse o imposto, o ICMS da energia, o IPVA, o ICMS do telefone, antes das eleições? Será que a sociedade daria esse crédito para ele ser eleito com 28% do eleitorado mato-grossense em cima desse aumento de impostos abusivos, depois de três meses dele ter assumido o seu mandato de Governador, onde a sociedade estava comemorando a vitória dele e ele faz isso? Quer dizer, entra com um Projeto de Lei no dia 30 de dezembro, na calada da madrugada, é aprovado. No dia 31 de dezembro, é promulgado no *Diário Oficial* para ser colocado em vigor a partir de 1° de janeiro, respeitando, nosso Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, a anualidade e também, quer dizer, ele fez toda essa trama de aumento de impostos. Então, eu quero aqui hipotecar apoio ao Deputado Emanuel Pinheiro, hipotecar a minha solidariedade em enquadrar em crime de responsabilidade por comprar um Ômega zero-quilômetro, com o dinheiro do FUNRESEG.

Meus amigos, o Estado está me preocupando, a reeleição do Governo Dante está me preocupando muito. Eu, como Líder do PMDB, na Assembléia Legislativa, quero hipotecar apoio ao Requerimento de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que está entrando com enquadramento em crime de responsabilidade ao Governo Dante de Oliveira.

Como eu havia falado aqui, antes, a respeito do discurso do Deputado Roberto Nunes, é um momento de haver uma reflexão sobre a questão da Capital de Cuiabá. Não resta dúvida que Cuiabá precisa necessariamente melhorar seu atendimento, principalmente nos bairros mais humildes, mas também é necessário que se una as forças e o Governo do Estado também olhe para a Capital, olhe para atender realmente a Capital do Estado.

Eu não sei o que é que está passando pelo Governo do Estado, neste momento, e estamos sentindo uma verdadeira falta de apoio, num momento em que os municípios com essa política tributária que hoje há no País, o Governo Federal está passando atribuições e não está passando recursos.

O FEF, Fundo de Estabilização Fiscal, a Lei Kandir, todos os Municípios do Brasil perderam recursos e é um momento em que o Estado de Mato Grosso, ao invés de compactuar e repassar 20 milhões de reais para o Governo Federal de juros, das dívidas do Estado, ele poderia rever esse daí, conversando com o Governo Federal e aplicando tanto na Capital quanto no interior, nas cidades que estão precisando de apoio. Eu acredito que o caminho é esse, pois é um caminho de entendimento e não é justo vir aqui criticar somente o Prefeito pela responsabilidade da situação da Capital do Estado, é necessário também rediscutir o apoio do Governo do Estado à Capital.

Eu quero aqui dizer que a Bancada do PMDB está disposta a se sentar numa mesa redonda, no sentido de discutir os interesses públicos do Estado de Mato Grosso.

Não estamos aqui somente para criticar, já me falaram que sou um Deputado duro, um Deputado radical. Mas muitos avanços existiram, e eu quero aqui reconhecer, junto com o Governo. Nós reduzimos a alíquota do ICMS de veículos novos que era, Deputado Riva, de 17%, nós conseguimos reduzir para 9%, um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Humberto Bosaipo.

Nós conseguimos reduzir o IPVA que, na verdade, não era aquilo que nós queríamos, que ainda é o dobro do ano passado, mas conseguimos. Conseguimos! Estamos sentando com o Governo, com a equipe econômica, para reduzir o ICMS da energia rural. E, amanhã, teremos uma reunião com a equipe econômica para começar a discutir uma redução do imposto da energia urbana, do imposto do telefone urbano. Nós estamos tendo uma postura...

Eu tenho um Projeto de Lei de minha autoria, Sr. Presidente, tramitando em regime de urgência urgentíssima, que eu quero que V. Exª coloque em Pauta o mais rápido possível, que trata sobre essa questão da redução dos impostos de energia e dos impostos de telefones.

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Humberto Bosaipo que, aliás, eu havia citado o nome dele na autoria desses Projetos.

Gostaria de dizer, Deputado Humberto, do trabalho que V. Exª vem fazendo junto às Oposições para fazermos esses encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que V. Exª dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento. E, após o aparte do Deputado Humberto Bosaipo, V. Exª disporá de um minuto.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu serei breve. Apenas para louvar o trabalho de V. Exª, Deputado Zé Carlos do Pátio, sobre essa questão do ICMS.

Na verdade, o que as Oposições desta Casa querem fazer, e acredito que alguns Deputados ou a maioria dos Deputados do Governo, é uma solução plausível para que se reduza esse imposto que é muito caro. É humanamente impossível pagar a energia e o telefone, que são bens de consumo mais diretos da população pobre, no patamar de 30%.

E eu fui encarregado, por uma comissão de Deputados, não todos os Deputados, para me reunir com o Secretário de Fazenda ontem. Estive com o Secretário de Fazenda e convidei-o, em nome das Oposições, porque eu não posso convidar em nome da Assembléia, para discutir conosco a questão do ICMS. Ele aceitou estar aqui, na quinta-feira. Certamente, ele irá comunicar ao Líder do Governo e aos Deputados Governistas a sua vinda. Eu até sugeri que essa reunião fosse feita na sala do Deputado Rene Barbour, que é o Líder, ou na sala do Vice-Líder, Deputado Alencar Soares, para que possamos mostrar ao Secretário que o Estado está perdendo ICMS, ao invés de ganhar, pois é o caso da inadimplência do pagamento da conta de telefone e da energia.

Mas apenas para louvar o trabalho de V. Exª, e dizer que estaremos hoje aqui participando dessa manifestação em favor de abaixar o valor do ICMS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só queria, para encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, inclusive dizer o papel do Deputado Humberto Bosaipo nos encaminhamentos.

Realmente, o Deputado Humberto Bosaipo vem buscando a intermediação, vem buscando a conversação. Na questão, eu me lembro muito bem, das discussões do ICMS Rural, o Deputado foi uma das pessoas que mais esteve presente nessa luta. Ele entrou comigo, como eu disse no início do meu pronunciamento, aqui, com um Projeto de Lei junto conosco, sobre a alíquota do ICMS de veículos novos.

Eu acho que a Bancada de Oposição está no caminho correto. Nós temos que abaixar o valor dos impostos para aumentar a arrecadação. Não o inverso.

O Sr. Amador Tut - V. Exª me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Já está vencendo o meu tempo, só falta um minuto...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Só resta um minuto.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas eu quero dizer, Deputado Amador Tut, que se o Presidente autorizar eu dou o aparte e deixo até de terminar o meu pronunciamento. Eu deixo até de terminar o meu pronunciamento para ouvir o Deputado Amador Tut.

Eu deixo...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Não. V. Exª pode encerrar, eu tenho o meu tempo no Grande Expediente, e eu vou conceder, depois, um aparte ao nobre Deputado Amador Tut, até porque eu vou enfocar um assunto quase que semelhante.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É porque eu queria, Deputado Amador Tut, conceder o aparte em respeito à pessoa de V. Exª, como Deputado Estadual...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA).

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas eu acho que é o momento de lutarmos, é o momento de nos unirmos em torno da redução de impostos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:47 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Riva, que dispõe de onze minutos.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente eu quero - ontem nós tivemos uma reunião com o Colégio de Líderes -, parabenizar os Líderes que estiveram presentes, já que nós contamos com, praticamente, a unanimidade dos Líderes na reunião.

E, para que todos possam tomar conhecimento, ontem fui indagado por um repórter, se a Mesa Diretora não daria prioridade à apreciação da LDO e até tivemos um colega interpelando de que nós, mais uma vez, não estaríamos dando prioridade à LDO.

Eu gostaria de informar, primeiro, o seguinte: a LDO encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, que vai fazer um esforço concentrado hoje, através de seus membros, convocados pelos Presidentes - da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária - Deputado Eliene e Deputado Carlão Nascimento, que nós esperamos que a LDO esteja em condições de ser apreciada já na próxima semana, na Sessão de terça-feira, exatamente no dia 15. E se nós fizermos uma análise do passado, nós vamos chegar à conclusão de que nunca a LDO teve tanto tempo para ser discutida, para ser debatida. Se for necessário convocar algum Secretário, nós teremos quinze dias entre o início da discussão e a votação. E, para dar tranqüilidade a todos, queremos dizer que a LDO é prioridade e vai ser votada até 30 de junho.

As divergências que existirem aqui, Deputado Pedro Satélite, vão ser tiradas em Plenário. Nós não podemos mais cometer o erro de estar aqui em recesso apreciando a LDO, como já estivemos em outros momentos apreciando o Orçamento.

Então, é absolutamente consenso, Deputado Amador Tut, entre todos os Líderes, que a LDO tem que ser apreciada em seu tempo normal, até o dia 30 de junho.

Ontem nós apreciamos todos os Requerimentos pendentes, todas as moções, todas as indicações e estamos apreciando os projetos de autoria dos Srs. Deputados e os projetos de autoria do Poder Executivo.

Entretanto, o que me traz aqui, Deputado Amador Tut, é um comentário que eu pretendo fazer a respeito da situação das cadeias públicas do Estado de Mato Grosso.

Nós vamos, nesta manhã, Deputada Serys Slhessarenko, levar essa preocupação ao Governador Dante de Oliveira. Eu disse há alguns dias que a questão da Segurança, não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil, Deputado Carlão Nascimento, é uma questão de prioridade. Cabe ao Poder Executivo priorizar a Segurança, como prioriza outros setores. Nós vamos cobrar isso - e este Poder tem uma imensa responsabilidade no tocante a esse assunto.

A situação das nossas cadeias públicas é de fato lamentável. Culpar o Poder Executivo? Em hipótese alguma. Eu acho que é culpa de todos os segmentos, inclusive da própria sociedade e nós deveríamos ter uma política de Segurança Pública mais definida.

Então, nós desta Casa estamos pensando, para os próximos dias, não convocar Secretário, não convocar ninguém, mas convocar uma audiência com o Governador, para todas as Lideranças, inclusive para todos os Deputados.

O assunto carece, Deputado Amador Tut, de uma prioridade absoluta neste e no próximo ano. Nós tivemos a oportunidade de ler parte desse relatório e qualquer um dos

Srs. Deputados que ler esse relatório vai sentir o drama por que passam os nossos presos, que não estão tendo um tratamento humano.

Qualquer cidadão detido nos presídios que nós temos hoje, nas cadeias públicas que nós temos hoje, sai muito mais bandido do que era antes. Então, na verdade o que nós temos é um meio de formar bandido, não de recuperá-lo. Nós temos que priorizar uma política de recuperação desses bandidos, desses marginais. Qualquer ser humano é plenamente recuperável, depende da política que está sendo executada. Nós queremos defender essa política. Vamos levar esse Relatório ao Governador do Estado. Vamos discutir com ele e eu tenho certeza de que terá que ser encontrada uma solução para a situação das cadeias públicas e dos presídios de Mato Grosso. Inclusive nós temos Comarcas, Deputado, que não tem sequer cadeia pública. E em boa hora o Tribunal de Justiça nos traz esse Relatório.

Também quero aqui tratar de um assunto muito polêmico. Há poucos dias desta tribuna, eu critiquei, Deputado Emanuel Pinheiro, a decisão de uma juíza e, no outro dia, eu vi estampado no jornal que nós teríamos criticado o Judiciário. Precisa haver uma interpretação correta do que se fala nesta tribuna. Nós não podemos generalizar.

E eu mostrei hoje ao Desembargador, Dr. Wandyr Clait a nossa preocupação, Deputada Serys Slhessarenko, com a intervenção do Judiciário nas Câmaras Municipais do nosso Estado. E eu já fiz uma consulta. Nos outros Estados raramente acontece isso, Deputado Eliene, o Poder Legislativo se mobiliza, forma uma CPI, que já é um imenso desgaste, porque abre uma expectativa para a sociedade. Quando encerra o Relatório da CPI, chega uma liminar, proibindo a leitura da CPI na Câmara. É um absurdo!

Eu continuo afirmando que isso é um absurdo e é uma invasão de competência de um Poder que seguiu todos os trâmites. Eu já pedi ao Desembargador, agendamos uma visita e quero aqui destacar: nós já tínhamos um ótimo relacionamento com o Poder Judiciário, mas esse relacionamento se aprimorou a partir da posse do Desembargador Wandyr Clait. Nós já recebemos do Desembargador quatro visitas oficiais. Toda vez que ele pretende entregar um documento como esse, ele vem pessoalmente. E é bom destacar este relacionamento que a Assembléia Legislativa vem mantendo com o Judiciário. Inclusive, na terça-feira, Deputado Humberto Bosaipo, está agendada uma visita com as Lideranças, com todos os Deputados que pretenderem nos acompanhar, em uma visita oficial ao Poder Judiciário na terça-feira, dia 15, às 15:00 horas, nós vamos visitar o Poder Judiciário para agradecer esse relacionamento. E para reafirmar ao Corregedor que precisa haver critérios na concessão dessas liminares contra as CPIs.

Nós temos Prefeitos que demoram trinta, quarenta, cinqüenta dias e não querem entregar o documento aos Vereadores - e eu sei disso porque sou um Deputado que trabalha com um grande número de Prefeitos - e aí entra-se com uma medida judicial. A Justiça indefere o pedido, para que o Prefeito não entregue de fato os documentos. Então, nós não podemos admitir isso. Vou continuar questionando isso e quero aqui, terminando, Sr. Deputado... É pouco o tempo, mas quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunicamos V. Exª que dispõe de três minutos para iniciarmos a Ordem do Dia.

O SR. RIVA - A função do Deputado tem que exercer em sua plenitude e V.Exª representa hoje contra o Governador. Eu vou dizer o meu Parecer, que ainda carece de uma análise mais apurada da própria Mesa. Eu vou discutir isso com V. Exª e com todo o Colégio

de Líderes. Eu acho que nós também não podemos nos exacerbar, fazer "tempestade num copo d'água". O Governador precisa de um veículo como um Ômega? Precisa. Já se gastou muito mais recurso do que 80 mil reais de outra forma que nós deveríamos também questionar, e V. Exª questiona com uma preocupação de Parlamentar que é, e que tem inclusive essa incumbência.

Mas, ao nosso ver, o que nós temos que analisar é se de fato há ilegalidade na compra do veículo. Agora, nós não podemos ser mesquinhos. O Governador não vai ter segurança andando num Fusca ou num Fiat, para enfrentar, às vezes, bandido que vem de carro importado, ou num próprio Ômega. Era necessário o veículo? Era necessário. Vamos analisar a forma da compra, se foi feita de forma irregular e neste tocante V. Exª entra com esta representação. A Mesa Diretora vai analisar sem dúvida, porque tem que respeitar o Requerimento de sua autoria, principalmente com um Parlamentar como V. Exª, mas nós não queremos que isso extrapole o limite da legalidade. Que nós fiquemos nesta discussão. Não queremos aqui instalar um palanque para fazer disso um "cavalo de batalha".

Então, eu quero apenas deixar esse alerta e dizer que a Mesa Diretora vai agir de forma serena para que nós não possamos aqui fazer disso, como já afirmei, um "cavalo de batalha".

Quero agradecer, Sr. Presidente, a atenção e dizer aos Srs. Deputados que após a análise desse Relatório, nós vamos entregá-lo à Comissão de Segurança para que faça uma análise do relatório também. A Mesa Diretora vai, primeiro, fazer uma análise e posteriormente passarei à Comissão de Segurança para uma avaliação mais profunda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Amador Tut, solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:58 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, Líder do Governo, nós estamos aqui hoje sentindo o que é um ser humano, estamos aqui ao lado da Escola Raio de Sol, que está aqui na Sessão, num trabalho de jornalismo.

Nós precisamos criar para esta sociedade o amparo também. Nós temos, além da cultura, vários outros segmentos beneficiários e esses segmentos estão um pouco esquecidos, a não ser a Casa da Mãe Joana e outros que vivem numa penúria que dá dó.

Então, eu quero neste minuto simplesmente invocar a V. Exªs que vamos trabalhar, vamos aqui, para todo mundo ver, conhecer, visitar o Lar Monteiro Lobato, Escolinha Raio de Sol e demais instituições, para que nós possamos começar a pensar e resolver juntos a vida desses que Deus não deu a eles aquilo que nós temos, que é o direito de ir e vir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Esta Presidência registra com satisfação a visita dos alunos da Escola Estadual de 1° Grau Raio de Sol, numa programação especial do projeto Por Dentro do Parlamento, da Secretaria de Imprensa, acompanhados pelas professoras: Dina

Maria, Kátia Jandira, Sandra Coelho, Adelaide Leite, Bernadete Fátima do Nascimento, Noêmia Leite dos Santos, Eliane Cintra Cunha - Coordenadora, Aires Helena Silva de Freitas; pelos professores da APAE de Livramento: Evair Benedita M. Gomes, Kátia Jaqueline Duarte e Cleidiane Bondespacho de Melo, Maria Rita Botelho, Nilza Suzana de Oliveira e pelas mães Vilma dos Santos, Lucimeire, Gláucia e Francisca.

Agradeço pela presença em nossa Casa.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na Sessão de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 28/99, de autoria do Deputado Riva, que veda, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a realização de eventos que impliquem atos de violência contra animais. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O Projeto encontrava-se em discussão com o Deputado Gilney Viana, portanto, continua com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Gilney Viana (PAUSA).

Como o Deputado Gilney Viana não se encontra em Plenário, continua em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (PAUSA) - Sr. Presidente, desisto da discussão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Zé Carlos do Pátio desiste da discussão.

Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Requerimentos de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação dos Projetos de Lei n°s: - 025/99, que dispõe sobre a doação do imóvel que menciona, - 012/99, que denomina "Deputado Jorge Abreu" a Rodovia Estadual MT-140, que liga Sinop a Vera; - 035/99, que dispõe sobre a realização de testes toxicológicos quando da admissáo do policial pelas corporações da Polícia Militar e Polícia Civil; - 037/99, que cria no Departamento de Trânsito do Estado de Mato Grosso-DETRAN, a Cidade Escola de Trânsito, com o objetivo de proporcionar às crianças e jovens o conhecimento às normas de trânsito; - 043/99, que dispõe sobre o controle da potabilidade da água subterrâne extraída de poços; - 045/99, que dispõe sobre o Programa Estadual de Apoio a Comunidades carentes e de incentivo à criação de novos Postos de Trabalho Pró-Comunidade; - 046/99, que disciplina a criação de cachorros de médio e grande porte, destinados à guarda ou segurança pessoal e/ou residencial, no Estado; - 047/99, que institui o Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos; e - 058/99, que denomina Luiz Phillippe Pereira Leite o Viaduto do Município de Cuiabá.

Em votação os Requerimentos. Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovados.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando regime de urgência urgentíssima para tramitação do Projeto de Resolução n° 10/99, de autoria dos

Deputados José Carlos de Freitas e Hermínio J. Barreto, que acrescenta inciso e alíneas ao Artigo 49 do Regimento Interno.

Solicito ao Consultor-Técnico Jurídico, Dr. Francisco Monteiro, que me passe o Regimento Interno para informar o que diz o Art. 49: "As comissões permanentes são ..." (PAUSA)

Informo aos Srs. Deputados que este Projeto visa alterar a formação das comissões.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Comissão de Constituição e Justiça para a apreciação do referido Projeto.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação do Projeto de Lei n° 117/99, de autoria das Lideranças Partidárias, que autoriza o Governo do Estado a instalar *campus* da UNEMAT no Município de Comodoro...

Faço aqui um breve comentário: o Prefeito Jair Benedetti nos encaminhou esse pedido, Deputado, informando que o Município de Comodoro inclusive arcaria com todos os custos e ele queria apenas a legalização do *campus*.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à Comissão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 05-A/99, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a criação da Escola do Legislativo na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 39/99, de autoria do Deputado Riva, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Mato Grosso (PAUSA).

Em função deste Projeto encontrar-se com Parecer contrário, eu vou fazer a inversão da apreciação do Projeto, porque pretendo discutir o mesmo com a Liderança do Governo e com a Comissão de Constituição e Justiça.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 35/99, de autoria do Deputado Eliene, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de testes toxicológicos quando da admissão do policial pelas corporações da Polícia Militar e Polícia Civil e dá outras providências. Com Parecer contrario da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário do Deputado Zé Carlos do Pátio. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 37/99, de autoria do Deputado Benedito Pinto, que cria no Departamento de Trânsito do Estado de Mato Grosso-DETRAN, a Cidade Escola de Trânsito, com objetivo de proporcionar às crianças e jovens o conhecimento às normas de trânsito. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 58/99, de autoria do Deputado Moacir Pires, que denomina de Luiz Phillipe Pereira Leite o viaduto no Município de Cuiabá. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Parabéns, Deputado Moacir Pires, pela iniciativa!

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 046/99, de autoria do Deputado Moacir Pires, que disciplina a criação de cachorro de médio e grande porte, destinado à guarda ou segurança pessoal e/ou residencial no Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 045/99, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe sobre o Programa Estadual de Apoio às Comunidades Carentes do incentivo de criação de novos postos de trabalho Pró-Comunidade e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de vinte minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu sou membro titular da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e respeito o preparo, a competência, a diferença de cada colega Parlamentar, que faz parte dessa Comissão, sob a Presidência do Deputado Carlão Nascimento, grande companheiro.

Só que eu sempre tenho questionado, Sr. Presidente, que a soberania do Poder é sempre colocada em xeque, quando está em jogo o interesse público. No começo desta Legislatura, fiz um pronunciamento com o apoio, inclusive, do próprio Presidente dessa Comissão, de que se continuarmos no ritmo em que estamos, daqui a pouco os Deputados só vão poder apresentar projetos de declaração de utilidade pública, nome de rodovia e dizer SIM ou NÃO ao Veto do Governador.

Um Projeto desta envergadura, Sr. Presidente, que cria o Programa Pró-comunidade em Mato Grosso, não foi uma invenção da iluminada cabeça do Deputado Emanuel Pinheiro. Eu peguei essa experiência no Rio de Janeiro, quando lá estive em visita ao Deputado Sérgio Cabral, Presidente daquele Poder, e pedi ao Deputado os projetos mais interessantes da Capital que passaram pelo Estado do Rio de Janeiro. Ele me apresentou apenas quatro e, dentre esses quatro está este Programa que é um sucesso no Estado do Rio de Janeiro, o Programa Pró-comunidade, que visa a dar uma sustentação, dar um apoio às pessoas jurídicas que tenham dívida com o Estado, que não podem quitar esta dívida e elas teriam a obrigação de investir em loteamento, em pavimentação, em qualquer benefício que signifique dar infra-estrutura aos menos favorecidos.

É um Projeto de alta envergadura social, sem nenhum respaldo inconstitucional. E quando eu assusto, Deputado Carlão Nascimento, ao analisar o Parecer

assinado pelo meu querido amigo Deputado Benedito Pinto, que não tem nenhuma fundamentação, dizer que é contrário à tramitação da matéria.

Ora, a Comissão de Constituição de Constituição e Justiça é uma Comissão para dizer se a matéria é constitucional, é legal, é ilegal, inclusive até pela técnica legislativa dela. Agora, a tramitação ou não da matéria, pura e simplesmente, não cabe à Comissão, sem um respaldo legal mais apropriado, mais aprofundado.

Portanto, Sr. Presidente, Deputado Riva, V. Exª que tem sido vítima desse excesso de zelo de alguns companheiros da Comissão de Constituição e Justiça, vamos dar mais independência a este Poder. Este Projeto é de alta envergadura social. Se o cidadão deve para o Estado e não tem como pagar, que se comprometa num contrato público, registrado em cartório, que vai construir calçadas na rua tal do seu município, que vai fazer pavimentação, que vai construir uma creche, que vai ampliar uma escola, e tudo isso será abatido no seu débito com o erário público.

Um Projeto de alta envergadura, sucesso total no Estado do Rio de Janeiro, eu copiei *ipsis litteris* este Projeto e o apresentei, aqui, nesta Casa.

Então, peço aos membros da Comissão: vamos rever esse Parecer. Peço ao soberano Plenário que possamos derrubar esse Parecer e dar tramitação a um dos Projetos de maior alcance social deste período legislativo, que é a criação de Programa Pró-comunidade em todo o Estado de Mato Grosso. Sairá bem o Estado para com os seus inadimplentes e sairá bem a sociedade, que ganhará em infra-estrutura, em investimento, aquilo que o Estado, por um motivo ou por outro, não está conseguindo levar ao mais humilde dos cidadãos.

É a minha justificativa e peço ao Presidente da Comissão que tome as devidas providências com relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Jair Mariano - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. componentes da Mesa, nobre Deputado Emanuel Pinheiro:

Pretendia eu, Deputado Emanuel Pinheiro, fazer um aparte a V. Exª para dizer e para parabenizá-lo pela coragem de colocar na pauta um assunto que está afligindo mais do que qualquer outro, não apenas a sociedade mato-grossense, mas também o Brasil todo.

Eu gostaria de deixar pública a minha posição neste caso, que ainda que vícios ou equívocos quanto a atribuições de prerrogativas de quem encaminha ou quem o faça, o momento, a oportunidade e a pertinência dessa proposta de V. Exª deveria ser considerada pelos Deputados desta Casa com a generosidade de se levantar um debate.

Não podemos, nenhum Deputado eleito pelo povo, nos omitir nessa que é a grande chaga social: o desemprego.

Eu o parabenizo e, com a sua anuência, peço que os Srs. Deputados considerem, ainda que existam dificuldades nas comissões para que esse debate seja levantado e não fiquemos à margem do grande debate nacional do desemprego. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu gostaria de falar que a Comissão de Constituição e Justiça está sendo cruel demais.

Eu, agora mesmo, fui o único a votar contra um Parecer contrário exarado a um Projeto de Lei de autoria do Deputado Eliene - até ele votou contra o seu projeto.

Aqui a Comissão de Constituição e Justiça sequer colocou o artigo, o parágrafo ou o inciso do Projeto de Lei em que se baseou para argumentar que era inconstitucional.

Olhem só o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Benedito Pinto, que tanto procura preservar a questão da Lei.

"O Projeto tem bom propósito, porém, quando o cidadão participa do processo de seleção, através de concurso, exige-se exame de sangue, que pode alertar sobre o estado de saúde, bem como a entrevista com o psicólogo".

Ora, tudo bem. Pode até exigir. Mas o Projeto aqui, desculpe-me, é um Projeto interessantíssimo do Deputado Eliene, "que fica obrigatória a realização de testes toxicológicos quando da admissão policial nas corporações da Polícia Militar e Civil".

Um Projeto muito bom, Deputado Eliene. Lamentavelmente, todos foram contra este Projeto, somente com o meu voto contrário.

Quero aqui dizer que ontem foi rejeitado um Projeto nosso, onde a Polícia Militar tem que necessariamente fazer cursos para se qualificar, para atender a mulher na Delegacia da Mulher, e os Deputados votaram contra.

Agora, vem este Projeto de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro que os Deputados dão o Parecer contrário a um Projeto em que fica instituído o Programa Estadual de Apoio às Comunidades Carentes e de incentivo à criação de novos postos de trabalho: Pró-Comunidade.

Deputado Emanuel Pinheiro, o problema que está mais atingindo o povo trabalhador e humilde, e pode ter *marketing* de imprensa, político que quiser, mas uma coisa nenhum político está discutindo, que é o problema dos onze impostos que Mato Grosso tem e do desemprego. V. Exª foi muito feliz no seu Projeto.

Ora, ou nós mudamos isso tudo aí, ou então, desculpe-me, eu não sei porque nós estamos aqui nesta Assembléia Legislativa. Votar contra o seu Projeto, Deputado, é votar contra o povo. Então, eu quero aqui dizer que a Bancada do PMDB vai dar apoio a este Projeto de Lei. Muito obrigado.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, em nome da causa social, do desemprego que assola este País, eu queria pedir a V. Exª, em nome até da Comissão de Constituição e Justiça, como membro efetivo, solicitar a retirada deste Projeto para um melhor debate dentro da Comissão para posterior apresentação em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido o pedido.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Deputado José Carlos Freitas, que dispõe sobre o controle da potabilidade da água subterrânea extraída de poços. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei n° 047/99, de autoria do Deputado Riva, que institui o Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª votação.

Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Eliene (AUSENTE). Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe de dez minutos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, nós iniciamos um pronunciamento e só tivemos vinte e cinco minutos para debater e, realmente, o tempo era muito pequeno, onde nós levantamos alguns problemas e um deles - eu gostaria até de perguntar sobre ele à Presidência - foi aquele *telefax* da Justiça Federal.

Sr. Presidente, nós recebemos ontem um *telefax* da Justiça Federal acompanhado de um Projeto e eu solicitei que fosse encaminhada a cada um dos Srs. Deputados uma cópia, eu queria registrar que eu gostaria que isso foi feito ainda no dia de hoje.

Continuando a nossa fala de ontem, quando levantávamos a situação do endividamento do Estado, da arrecadação do ICMS, onde colocamos, inclusive com gráficos, a situação da arrecadação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul comparativamente, o nosso Estado aumentou o ICMS da energia, está aqui um estudo feito, em 58,6%. Foi o aumento da energia para aqueles que eram isentos do pagamento, aqueles que gastavam a menor quantidade de quilowatts, tiveram o aumento de 58%.

Esse mesmo Estado teve um decréscimo, o nosso Estado baixou a sua arrecadação, esses são dados nacionais, dados oficiais. Mato Grosso teve uma perda na arrecadação do ICMS de janeiro para cá, quando teve o aumento deste imposto.

Por outro lado, num estudo comparativo com Mato Grosso do Sul, que não teve nenhum aumento no ICMS, ele conseguiu ter um aumento na arrecadação nos três primeiros meses do ano de 1999, de 64,11%. Esse foi o aumento na arrecadação de Mato Grosso do Sul, apenas contando com a moralização na área do Fisco.

Falamos também aqui da situação da folha de pagamento, que é tão acusada pelo Governo, de que os responsáveis pelo problema de Mato Grosso são os funcionários públicos. Nós temos certeza que não é isso, até porque também apresentamos os dados com relação à dívida e só o que foi pago em dívida interna do Estado de Mato Grosso o ano passado dá para pagar seis folhas de salário, só a dívida interna. E a dívida interna também a ser paga no ano 2.000 está em torno de quatrocentos milhões, porque ela, na totalidade, está em três bilhões, quatrocentos e cinco milhões e lá vão uns quebrados.

Agora, com relação ao que tem que ser pago no ano 2.000 gira em torno de trezentos e oitenta milhões de reais. E a arrecadação de Mato Grosso tem a sua média em cento e cinco a cento e dez milhões de reais mensais, ou seja, Mato Grosso terá que parar por quatro meses, nos próximos anos, para que se pague só a dívida interna, porque a externa até agora o Governo nos sonega essa informação.

(O SR. DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - A interna nós recebemos, mas a externa nós não recebemos.

(O SR. DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Não sei. O Governo não repassou até agora o total da dívida externa, as entidades que geraram esses empréstimos e o quanto isso tem de pagamento de encargos, porque o grande problemas das dívidas de Mato Grosso são os encargos.

Nós pedimos aos Srs. Deputados que permaneçam no plenário, porque depois aparece discussão do tipo: "Não sabíamos..." "Não ouvimos falar." No entanto, este Parlamento aqui não é para discutir só determinadas causas pontuais, ele é, principalmente, para se discutir política no Estado de Mato Grosso. É para discutir política e aqui estão representados todos os saxões políticos e isso não está sendo feito. Até porque, quando se vem discutir um assunto sério, como o alto nível de endividamento deste Estado, a questão do pagamento do funcionalismo, ou melhor, do salário do funcionalismo público, do servidor público que está totalmente inviabilizado, cinco para seis anos de congelamento salarial e ainda demissões uma atrás da outra, como agora mesmo nós temos 900 funcionários da SANEMAT com aviso prévio, 100 funcionários da EMPAER, outros tantos ameaçados, aliás, 300 ameaçados de demissão no CEPROMAT. São os serviços de Mato Grosso sendo deixados de lado, os serviços essenciais na área da agricultura, na educação, na saúde. Agora mesmo, nós víamos aqui os portadores de deficiências físicas - e todos os Deputados deveriam ter tido essa reunião com inúmeros portadores de deficiência física que estiveram aqui e como os trabalhadores, principalmente, os da educação que trabalham nessa área, que o Governo do Estado de Mato Grosso acabou de cortar os 30% que eles tinham. 30% que eles tinham sobre o salário-base dos profissionais da educação.

É mais do que justo que quem trabalhe nessa área tenha esses 30% de incentivos que foram cortados pelo Governo e cadê os Srs. Deputados para discutir essas questões? Na hora de discutir questões políticas de profundidade, esvaziam este plenário, ficam as cadeiras azuis, sozinhas aí, dignas de serem filmadas e fotografadas, porque na hora do debate público se esvazia o plenário.

Nós temos que ter a responsabilidade de realmente discutir política neste Estado, discutir que este Estado, nos próximos 10 anos, estará praticamente inviabilizado, pelo alto índice da dívida que está cercando o Estado de Mato Grosso. Dívida essa feita por governos anteriores e o Governo que está aí, na maioria irresponsáveis, que pegaram empréstimos com altíssimos encargos.

Para os Senhores terem idéia, em 1995, a parcela da dívida interna que foi paga, o principal era 7 milhões e os encargos eram 69 milhões e uns quebrados, chegando o pagamento da dívida em 95 a 77 milhões, de um principal de 7 milhões.

Isso é grave! Isso é sério para o Estado de Mato Grosso? É seriíssimo e se nós somos políticos que pensamos no futuro, não estamos pensando no momento agora que estamos eleitos, nós estamos pensando no futuro de Mato Grosso, nós temos que ter responsabilidade e exigir uma discussão ampla na situação da dívida do Estado de Mato Grosso. Vou continuar batendo e insistindo para que nós, Deputados, todos os Deputados e independente da coloração político-partidária, independente de ideologia, façamos uma discussão ampla e profunda sobre a questão da dívida e se pare com essa história, com essa

"conversa fiada" - desculpem o termo - de que os responsáveis são os serviços públicos prestados à população. Esses serviços públicos que estão cada dia com mais dificuldade, porque a cada dia estão sendo mais desestruturados e exterminados, destruídos e demolidos pelo Governo que aí está.

São salários rebaixados, são funcionários sendo demitidos, é o serviço ficando cada dia mais precário para a população, e os impostos, por outro lado, aumentando, e a dívida chegando a patamares insuportáveis e impagáveis para o Estado de Mato Grosso. E eu pergunto: até quando nós vamos como Parlamento...

(O SR. PRESIDENTE RIVA FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO -... Permitir esse tipo de coisa e ficar alheios? Sequer nos prestar a ficar presentes neste Parlamento, neste plenário para discutir esse questão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana e, em seguida, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, ontem, no plenarinho da Assembléia Legislativa, nós assistimos a um Seminário sobre a pesca e tivemos a oportunidade...

(NESTE MOMENTO, O ORADOR COLOCA UMA MÁSCARA CIRÚRGICA SOBRE O ROSTO.)

O Sr. Roberto Nunes - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, eu solicitei a palavra nas Explicações Pessoais, tenho todo o respeito pelo Deputado Gilney Viana e até concedo a ele que continue com a palavra. Mas eu gostaria que o nobre Consultor Técnico-Jurídico desta Casa observasse a prioridade das inscrições. Eu me inscrevi antes que o Deputado Gilney Viana. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo que a inscrição do Deputado Gilney Viana fora solicitada um pouco antes.

Continua com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Srs. Deputados, eu estou usando essa máscara aqui, hoje... (O ORADOR EXIBE UMA MÁSCARA CIRÚRGICA AO PLENÁRIO) ...porque eu fui à beira do Rio e não suportei tanto esgoto, tanto detrito, tanta poluição, tanta degradação ambiental.

Lá estão centenas de pescadores, que legitimamente reivindicam serem ouvidos quando da apreciação, por parte dessa Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei, seja da lavra do Deputado Benedito Pinto, seja da lavra do Governo Dante de Oliveira.

O que eles queriam dizer com essa máscara é que eles têm vergonha de pescar num rio poluído, degradado, onde se joga o esgoto *in natura*, sem tratamento. 80 a 90% do esgoto de Cuiabá é jogado no rio *in natura* e, de Várzea Grande, mais de 90%. Degrada-se as áreas desmatando as matas ribeirinhas, as áreas de preservação permanente, os afluentes industriais são jogados sem um tratamento devido.

E quando se discute a pesca sem discutir o rio, a sobrevivência do rio, que é a fonte de proteínas de centenas e milhares de famílias do Estado de Mato Grosso, não só do Rio

Cuiabá, mas também do Rio Araguaia, do Rio São Lourenço, do Teles Pires, de várias bacias que compõem os vários ecossistemas, os grandes biomas dos quais nós temos privilégio de sediar.

Então, nós estamos protestando em solidariedade aos pescadores, não porque todas as suas reivindicações possam ser justas, mas porque é justa a reivindicação básica de que sejam ouvidos.

Gostaria de assinalar que, ontem, eu e o Deputado Moacir Pires, com apoio da Presidência da Casa e a presença do Deputado Riva, da Deputada Serys Slhessarenko, do Deputado Zé Carlos do Pátio, estabelecemos um seminário de alto padrão científico, técnico e político que mostrou o seguinte: não existe excesso de pressão sobre a pesca, exceto no Pantanal sobre o pacu. As pesquisas existentes mostram que sobre o pintado, sobre o curimbatá, sobre outras espécies não existem, a pressão é excedente, mas sobre o pacu existe. Assim mesmo, numa pesquisa parcial do Pantanal.

Então, os pescadores falam o seguinte: "Quais são as bases científicas que apontaram que tem que ser mil quilo, dois mil quilos, cem mil quilos, o total que um pescador deve pescar?"

Eu gostaria de dizer, como ambientalista, que estou extremamente sensibilizado, para que nós aprovemos a Lei de Pesca. Tenho falado com o Deputado Moacir Pires, com o qual nós nos associamos, para promover esta Audiência Pública, que realizar-se-á, hoje, às 15:00 horas, para ouvir os pescadores, mesmo porque no Artigo 20, da Lei de Pesca vigente, estabelece que quaisquer alterações da Lei vigente, ou normatizações decorrentes da mesma, deveriam ser objeto de discussão prévia com os pescadores.

Agora, esse Governo é duplamente contumaz, de um lado, em elaborar leis sem ouvir a população e, do outro lado, em vetar leis que são aprovadas na Assembléia Legislativa, desrespeitando a soberania do Poder Legislativo...

O Sr. Moacir Pires - V. Exª me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - É por isso, Deputado Moacir Pires, a quem eu dou um aparte, que nós nos associamos aos pescadores, para uma discussão prévia, ampla, sem prejuízo, de que nós votemos o projeto de lei a seguir, mas com consciência do que nós estamos falando.

Concedo o aparte a V. Exª, Deputado Moacir Pires Pires, por favor.

O Sr. Moacir Pires - Agradeço o aparte de V. Exª, Deputado Gilney Viana, e quero aqui convidar os nobres Parlamentares para poderem participar conosco hoje, às 15:00 horas, no Auditório Milton Fiqueiredo, para discutirmos sobre a Lei da Pesca. E dizer que vai ser uma audiência pública de alto nível, onde a população, os pescadores vão estar participando, vão estar levando as suas idéias.

Quero dizer também, Deputado Gilney Viana, Deputado Carlão Nascimento, e todos que estão aqui, eu também vou colar essa máscara, que foi o intuito da minha campanha quando vereador. Eu levei uma proposta ao povo cuiabano em que poderíamos copiar o sistema de tratamento de esgoto que existe em minha terra natal, em Uberlândia, Minas Gerais, que é biodigestor.

É um tratamento, Deputada Serys Slhessarenko, superbarato, que não utiliza muita mão-de-obra e a obra mais cara já foi feita pelo ex-Governador Carlos Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Peço desculpas ao Deputado Moacir Pires, mas tenho uma audiência às 11:00 horas e antes tenho que preparar alguns documentos, portanto, quero transferir a Presidência ao Deputado Humberto Bosaipo.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:38 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Continua com a palavra o Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Depois que este Projeto de Lei for aprovado, em consenso com a comunidade, Deputada Serys Slhessarenko, nós precisamos chamar a atenção das autoridades para que esse dinheiro do PRODEAGRO que está sendo gasto, milhões de reais sendo jogados fora - como sabemos, e que é o caso PADIC - para que seja investido no tratamento de esgoto jogado *in natura* no Rio Cuiabá, porque se fala em salvar o Pantanal e o grande câncer do Pantanal começa aqui na nossa Capital com as autoridades deixando ser jogados milhões de litros de esgoto *in natura* diariamente no Rio, prejudicando toda a cidade, toda a população ribeirinha.

Eu quero convidá-lo, Deputado Gilney Viana, quando der a primeira chuva e o Rio começar a encher novamente - dá desgosto - e chamar as autoridades maiores, chamar a atenção do Sr. Governador, que gosta tanto do Pantanal, a visitar as Baias Sinhá Mariana e Chacororé, para ver o que entra de lixo naquelas baías, o que entra de plástico, de resto de lixo que são jogados pelos Córregos da Prainha, do COOPHAMIL.

Então, nós precisamos, depois de aprovar essa lei, "bater duro em cima do Governo", para que ele tome consciência e faça esse tratamento que é o biodigestor e a parte mais cara da obra já foi feita pelo ex-Governador Carlos Bezerra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Informo ao Deputado Gilney Viana que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - V. Exª, Deputado Moacir Pires, bate na tecla certa. Não adianta fazermos cosméticos, tomar iniciativas que não vão ao âmago da questão. Nós temos que despoluir, descontaminar, fazer política de longo prazo que se proteja a Bacia e para que os estoques pesqueiros sejam preservados, não obstante a atividade pesqueira. Porque o conceito de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável pressupõe que nós possamos fazer a pesca, mas aceitando no limite a capacidade de reposição do estoque pesqueiro.

E o Deputado Benedito Pinto, muito bem assessorado pelo próprio pesquisador Chico Peixe, da Universidade - nós o conhecemos por Chico Peixe, mas é o Chico Machado. Eu gostaria de registrar isso, Deputado Benedito Pinto, que muito apropriadamente chamou a atenção de um lado que nem sempre é observado, de que se os pescadores pescarem adequadamente, não predatoriamente, terão pesca por centenas, milhares de anos, mas isso tem que ser estabelecido um limite correto. Não pode ser na "orelhada" do Frederico Müller, nem da "minha orelha e nem na sua"...

(NESTE MOMENTO, OS REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES ADENTRAM NAS GALERIAS.)

O SR. GILNEY VIANA - Agora mesmo, Deputado Benedito Pinto e Deputado Moacir Pires, eu os convido para recebê-los...

Os pescadores não podem ser tratados como marginais...

O Sr. Moacir Pires - De jeito nenhum.

O SR. GILNEY VIANA - Agora, tem uma coisa. Nós queremos organizá-los! Queremos que os picaretas saiam foram, que os comerciantes sejam submetidos à lógica da preservação do estoque pesqueiro, das Bacias, de tal forma que eles possam trabalhar, sobreviver sem que o rio, especialmente o estoque pesqueiro, as espécies, que são mais pescadas, sofram danos irreversíveis.

Deputado Benedito Pinto, eu sei que na hora da votação, talvez nós tenhamos algumas divergências, como já falei aos pescadores. Talvez eu não concorde com tudo o que eles estão falando, mas duas coisas ou três eu concordo desde já.

Primeiro, nós não podemos admitir que o Governador Dante de Oliveira atue, como ditador, pensando que ele tudo pode com a Assembléia Legislativa e a sociedade, sem ouvi-las. Convido as representações da sociedade...

Segundo, existe um conceito...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO QUE SE ESGOTOU O PERÍODO DO ORADOR.)

O SR. GILNEY VIANA - Eu estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência vai ter uma complacência de mais três minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Eu percebi também que nós não podemos ter uma filosofia de exploração da Bacia estritamente de ecoturismo, porque existe uma exploração secular pesqueira. E desde que ela é praticada de uma forma correta, pode e deve continuar.

Terceiro, os limites impostos têm que ter uma base científica. Têm que ter algum critério, não pode ser de "orelhada". E esse critério tem que ser mais ou menos balizado também pelo que se faz em Mato Grosso do Sul, particularmente no Pantanal.

Aqui não pode a lei estabelecer quinze quilos para um pescador amador, quando do outro lado do Rio Piquiri ou do São Lourenço, ou do Cuiabá, lá embaixo, no Paraguai, se estabelece vinte e cinco quilogramas. Ou seja, não pode haver contradições desse tipo!

Além disso é insuportável que a FEMA se arrogue no direito de dizer quem é e quem não é pescador. Arrecadando dinheiro, que é natural que o Poder público assim o faça, mas não faça de uma forma abusiva, que é o que está acontecendo.

Na verdade, o Sindicado dos Trabalhadores da Pesca, as colônias dos pescadores são as autoridades, que têm legitimidade para oferecer carteiras para os seus associados. E a TRT, que é o Ministério do Trabalho, é que tem competência para definir aquele que, cumprindo a lei, é ou não pescador. Não é uma mera carteirinha que se compra por 20, 30, 50 reais em qualquer loja que vende apetrecho de pesca, como eu próprio já comprei, que pode me qualificar como pescador. É por isso que em algumas das reivindicações dos pescadores, nós estamos fiéis.

Vou dar um exemplo: nos Estados Unidos, agora, uma comunidade indígena tradicional, que pescava baleia há trezentos anos, com arpão, e gostaria de repetir isso, com arpão, ganhou na Suprema Corte dos Estados Unidos a autorização para pescar baleia com arpão. E isso lá, onde a pressão ambientalista é muito forte. E é bom que seja. Eu apóio e sou solidário.

Tenho amigos ambientalista americanos. Já tive oportunidade de fazer parcerias da defesa da Amazônia com grandes organizações ambientalistas americanas.

Organizações que têm um verdadeiro Ministério Washington, que têm orçamentos bilionários em dólares, que têm cinco milhões de contribuintes regulares.

Então, não obstante esse movimento ambientalista, teve que se render a uma realidade. Existe uma comunidade que tem suas tradições culturais que pesca com arpão. Então, se lá nos Estados Unidos, lá no Atlântico Norte foi autorizado por lei pescar com arpão uma baleia, por que o ribeirinho, o pantaneiro não pode pescar com arpão um peixe no tamanho adequado pela lei? São contradições dessa natureza que me obrigam a dizer que precisamos refletir sobre o que nós vamos fazer, atender na medida do possível os reclamos da sociedade, mas sempre ouvindo, ainda que na hora do voto nós possamos votar "assim ou assado".

E é por isso que eu convido o Deputado Benedito Pinto, o Deputado Alencar Soares, que é Vice-Líder do Governo, sempre atento, e eu acredito, sempre aberto e os pescadores que chegam aqui no plenário da Assembléia Legislativa, esse pessoal das Colônias Pesqueiras, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu informo ao Deputado Gilney Viana que o seu tempo está esgotado, mas em função do assunto de tamanha relevância, que também é bandeira de defesa do Deputado Benedito Pinto, que certamente vai querer também se posicionar, eu dilato esse prazo por mais quinze minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Eu quero dizer para os pescadores aqui das várias colônias de pesca do Estado de Mato Grosso, do Sindicato de Pescadores do Estado de Mato Grosso, da Federação dos Pescadores do Estado de Mato Grosso, das Organizações Ambientalistas do Estado de Mato Grosso...

O Sr. Roberto Nunes - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Eu concedo o aparte a V. Exª quando terminar as saudações aos nossos trabalhadores, aos ribeirinhos, aos pantaneiros, ribeirinhos do Rio Cuiabá, do Rio Paraguai, do Rio Teles Pires, do Rio Araguaia, que estão aqui, e do Rio São Lourenço.

Vocês, com o movimento que organizaram, estão sendo ouvidos aqui e terão que ser ouvidos, ainda que - e eu gostaria de registrar - os Deputados tenham a liberdade de acatar ou não suas sugestões, mas nós de maneira alguma poderemos suportar que o Governador do Estado legisle como ditador, presumindo que aqui na Assembléia Legislativa possa impor sua vontade, e particularmente não ouvindo a sociedade civil organizada com suas colônias de pescadores, seus sindicatos, suas associações, suas cooperativas.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Nobre Deputado Gilney Viana, o assunto é polêmico e é um assunto que esta Casa tem que tratar com muito carinho, não como muitos que usam a tribuna, que usam os palanques para dizer que vão recuperar o Rio Cuiabá e não fazem nada para recuperar o nosso Rio Cuiabá. A exemplo, está aí o Prefeito de Cuiabá que deixa o lixo amontoado nos bairros e, quando das chuvas, corre para os córregos, que vai parar dentro do Rio Cuiabá, acabando, destruindo o nosso Pantanal.

Então, nobre Deputado Gilney Viana, estes nossos irmãos pescadores, nossos ribeirinhos, que nós conhecemos de ponta a ponta, nós sabemos da dificuldade que esse povo tem. E o Governador, nobre Deputado Gilney Viana, é pantaneiro, é ribeirinho, é filho de ribeirinho, sabe tratar isso com muito carinho.

Eu quero aqui convidar todos os presidentes das colônias, da Colônia Z-1, Z-2, Z-4, das reservas, ao Deputado Gilney Viana, que vamos até o Governador Dante de Oliveira...

O SR. GILNEY VIANA - Vamos, vamos!

O Sr. Roberto Nunes - Vamos marcar uma audiência, vamos conversar com ele para que este projeto de lei seja uma lei... (PALMAS) ...que não venha destruir o Rio Cuiabá, que não venha destruir o nosso peixe. Mas, que também respeite...

(O SR. PRESIDENTE HUMBERTO BOSAIPO FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Roberto Nunes - ...o nosso homem ribeirinho.

Vamos conclamar aos senhores pescadores que lembrem muito bem que o Prefeito Roberto França solicitou, na época, apoio de todas as colônias de pescadores de Cuiabá, para a sua candidatura, em promessa de que seria o seu projeto número 01, a recuperação do Rio Cuiabá. Mas, o que ele faz é destruir ainda mais os nossos rios, deixando os lixos amontoados nos bairros de nossa cidade. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. GILNEY VIANA - Deputado Roberto Nunes, V. Exª tem razão na questão principal. Primeiro, que as políticas públicas processadas no Estado e particularmente na Prefeitura não conduzem à salvação do rio.

Segundo ponto, que V. Exª tem razão, não existe política ambiental ao nível municipal de Cuiabá. O Prefeito de Cuiabá ignora toda realidade ambiental, exceto numa particularidade que V. Exª já assinalou da tribuna e na imprensa, que são os jardins! Eu adoro os jardins de Cuiabá. Eu acho uma obra monumental do Prefeito Roberto França fazer esses jardins floridos.

Se um dia o povo me elegesse prefeito de Cuiabá, eu iria cultivar esses jardins que o Prefeito Roberto França, em parceria com entidades não-governamentais, com empresas, está conservando. Eu acho que a grande obra do Prefeito Roberto França são os jardins, como disse V. Exª.

Agora, não nos enganemos, jardinagem não é conservação ambiental, jardinagem não é preservação do rio, jardinagem não é preservação dos estoques pesqueiros, ao contrário, é um biombo para esconder a realidade dos esgotos *in natura* jogados...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Pois não, Deputado!

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Até para salientar o brilhantismo da sua fala e também elencar as críticas do nobre Deputado e amigo Roberto Nunes.

Senhores, nós temos que usar a tribuna para falar à sociedade a realidade de Mato Grosso, deve-se olhar para trás e ver o que éramos e o que somos. Não se pode dizer nesta tribuna aqui que um Prefeito com o índice de quase 70% de aprovação não está trabalhando para o povo cuiabano e, principalmente, para o Rio Cuiabá. Dizer que Roberto França só faz jardim, está errado. Esqueceu-se do transporte coletivo, esqueceu-se das cem obras, esqueceu-se de tudo que ele fez por Cuiabá.

Olha, não vamos brincar com a sociedade! Será que 70% da sociedade cuiabana está errada? Será que as pesquisas, será que o trabalho realizado, tudo isso é mentira? Nós precisamos rever as questões das críticas. Concordo com as críticas construtivas, pois são boas. Quem somos nós, políticos, sem as críticas? Não vamos a lugar

nenhum. Agora, é preciso analisar para falar e esquecer também aqui a questão de que se avizinha a eleição. Este Parlamento não pode de maneira nenhuma começar a misturar eleição com as questões que nós temos para discutir aqui, que é a questão da pesca. Não vamos mudar a história de maneira nenhuma. Aqui é o seguinte: sou Deputado da Baixada Cuiabana, aquilo que falarem aqui, vou retrucar tudo que se falar, principalmente da Prefeitura Municipal de Cuiabá. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu acho que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria de interromper V.Exª para solicitar que o tema seja retomado na íntegra. Vamos deixar as questões político-partidárias de lado e vamos discutir o Projeto da Pesca que é mais importante. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a Presidência, mesmo porque, com muita condescendência, nos possibilitou alongar o tempo.

Na verdade, o centro da questão é a pesca, é o Rio Cuiabá, é o esgoto *in natura*.

Nós estamos usando essa máscara, Deputado Humberto Bosaipo, porque nós, juntamente com os pescadores, descemos até a beira do rio e não conseguimos ficar lá porque estava um malcheiro, ali onde era o Porto, ou melhor, onde é o Porto, onde estão construindo um belo mercado público, recuperando, e é uma boa obra, eu gostaria de dizer, para fazer justiça ao Prefeito de Cuiabá.

Agora, tem uma coisa, nós não podemos confundir a perfumaria com fundamento!

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o nobre orador dispõe de apenas três minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Então, nós queremos, primeiro, chamar a atenção para os pescadores que estão aqui, para que eles sejam ouvidos, porque assim manda o Artigo 20 da Lei da Pesca; segundo, que não se legisle sem base técnica - tem que ter parte técnica para determinar as proibições, seja dos apetrechos, seja da quantidade, seja do tamanho e das espécies que podem ser pescadas -; terceiro, que se estabeleça um controle social sobre a pesca, porque no CONSEMA não tem representação dos pescadores, como diz a Constituição do Estado de Mato Grosso, no Artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "Por lei deverá ser constituído um Conselho de pesca estadual". Não foi constituído!

Então, os pescadores sentem-se assim como filhos sem mãe, como bezerro que se perdeu da boiada e que chora, berra e ninguém ouve; enquanto a fiscalização, que deve atuar - e eu defendo a fiscalização! -, cutuca-os, persegue-os, implacavelmente, e, às vezes, desrespeitando direitos humanos.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Benedito Pinto, Srs. Deputados:

V. Exª, Deputado Benedito Pinto, autor do Projeto de Lei que altera a lei vigente, e o Governador do Estado, de outro projeto, vamos sentar à mesa, vamos ouvir as partes dos representantes pescadores que estão aqui, eles querem sentar à mesa para serem ouvidos. Eles não são intransigentes, não! Eles também estão dispostos a fazer um acordo, desde que sejam ouvidos os seus argumentos, e que não venham com argumentos sem sustentação técnica, porque a experiência deles é secular e deve ser levada em conta.

Como ambientalista, defendo o próprio pesqueiro, defendo o Rio Cuiabá, defendo a Bacia do Rio Paraguai e o Pantanal, mas nós não vamos defender os rios sem defender a população ribeirinha. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela inscrição, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, eu quero começar a minha fala indicando o Deputado Nilson Leitão para substituir o Deputado Carlos Brito na Comissão Especial de Saúde desta Casa, que fiscaliza a saúde pública no Município, uma saúde que está destruída, uma saúde que está praticamente acabada. Esta Casa está dando exemplo à Câmara Municipal da nossa Capital ao constituir aqui, por solicitação do Deputado Gilney Viana, uma Comissão de Saúde para acompanhar o trabalho que a Prefeitura não vem fazendo com a Saúde Pública em Cuiabá.

Então, nobre Deputado Nilson Leitão, V. Exª irá assumir para inteirar-se mais do assunto. Era fila para ser atendido pelo SUS, era desvio de dinheiro do SUS, enfim, uma série de irregularidades que V. Exª irá tomar conhecimento - não é, nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho? -, quando V. Exª fizer parte dessa Comissão.

Espero que V. Exª entre a fundo nessa questão, V. Exª que tem experiência legislativa, uma vez que foi um brilhante Vereador por Sinop, que assume essa cadeira de Deputado Estadual com muita vontade de mostrar serviço ao povo de Mato Grosso, ao povo que confiou em V. Exª. E V. Exª vai começar já fazendo parte de uma comissão importante, que é a Comissão de Saúde, que tem, como Relator, o Deputado Moacir Pires e o Deputado Gilney Viana, como Presidente.

Então, eu espero também, como companheiro de Partido de V. Exª que sou, ao dar as boas vindas a V. Exª... Nós nos reunimos e ficou decidido que V. Exª iria fazer parte dessa Comissão.

Então, desejo sucesso a V. Exª nesta Casa, pois V. Exª já vai começar com um trabalho bastante importante para a nossa Capital e para o povo cuiabano.

Sr. Presidente, também quero aproveitar a oportunidade para indicar o nobre Deputado Alencar Soares para fazer parte da Comissão que irá acompanhar os quarenta e cinco milhões de dólares. Então, será o Deputado Alencar Soares, um grande Deputado, lá da barra do Araguaia, que vai ajudar, não digo fiscalizar, porque ele está ao lado do Governador, ele que é Vice-Líder, ele já está fiscalizando, já vem acompanhando a aplicabilidade desses recursos...

O Sr. Gilney Viana (FALA DA SUA BANCADA) - Uma ótima escolha.

O SR. ROBERTO NUNES - O Deputado Gilney Viana não precisa ficar preocupado que esses recursos vão ser muito bem aplicados, mas democratas como somos não vamos tolher a liberdade de V. Exª em querer acompanhar a aplicabilidade desses recursos.

Então, fica aí o Deputado Alencar Soares, lá da barra do Araguaia, para, junto com V. Exª, acompanhar a aplicação desses recursos.

O Sr. Gilney Viana - V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO NUNES - Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Gilney Viana - Deputado Roberto Nunes, o aparte é para elogiar o seu gesto, aliás, duplamente elogiável. Primeiro, por viabilizar a continuidade dos trabalhos da Comissão Especial que analisa o SUS de Cuiabá, nomeando o Deputado Nilson Leitão que, como o próprio nome indica, precisa estar bem com a saúde e com o meio ambiente. Então,

seja bem-vindo. Segundo, porque V. Exª também indica o nome para compor a Comissão Especial que Acompanha a aplicação dos 45 milhões de dólares do empréstimo do BIRD para a reforma do Estado, privatização do Estado. Todos os dois gestos, eu até tinha a expectativa de que assim acontecesse, porque V. Exª tem se comportado, não obstante alguns entreveros e que eu gostaria que V. Exª tomasse como um gesto de amizade, mesmo porque nós estamos discutindo sobre bichos, sobre animais...

O SR. ROBERTO NUNES - E o *pit bull* é muito bravo.

O Sr. Gilney Viana - Então, eu gostaria de dizer que o gesto de V. Exª foi politicamente correto, politicamente correto, porque enfrenta o debate público sem medo de se expor, sabendo que nós da oposição, obviamente, queremos averiguar, investigar e, se necessário for, como diz o outro, "cutucar o leão" - esse é o nosso papel.

V. Exª poderia ter outras alternativas, de simplesmente ficar "catimbando", desculpe-me esse outro verbo, e não indicar, mas preferiu o caminho politicamente correto de enfrentar o problema positivamente.

Muito obrigado, Deputado. Eu gostaria de registrar o meu elogio ao trabalho de V. Exª, sem prejuízo de que eu possa criticá-lo depois.

O SR. ROBERTO NUNES - Muito obrigado, Deputado, mas V. Exª vai ter oportunidade de trabalhar junto comigo e vai ver que não é nada disso.

Eu indico também o Deputado Carlão Nascimento que já tem experiência administrativa, uma vez que foi Diretor-Presidente do DETRAN, que mexeu com muitos recursos no DETRAN, para acompanhar, junto com V. Exª, a aplicação dos 45 milhões de dólares, e junto com o Deputado Gilney Vaina.

Nobre Deputado, nós até gostamos que V. Exª cutuque bastante o Governo, porque cada vez que V. Exª cutuca, nós vamos melhorando e aperfeiçoando cada vez mais. Não como o Prefeito de Cuiabá que, quando você cutuca, ele já acha que é "chamar para a briga"; ele não faz nada, ele não procura melhorar, ele não procura se aperfeiçoar e está aí esse caos que está na Prefeitura, é greve de professores, é greve de médico, é greve de agente de saúde, é greve de gari, é greve de todo mundo, o Rio Cuiabá destruído. Ele mentiu para os pescadores das Colônias Z1, Z2, Z3, Z4, Z5, Z6, quando reuniu todo mundo para apoiar Roberto França, e esse cidadão virou as costas para vocês.

É onde está, nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho, 70% de mentira, de enganação ao povo cuiabano. É isso, sim, que o Prefeito Roberto França vem fazendo ao povo de Cuiabá. Não contesto a veracidade da pesquisa, porque não a vi ainda. Mas na hora em que a imprensa começar a mostrar a verdade, "este castelo de areia irá se destruir", nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho. V. Exª que saia deste barco o quanto antes. V.Exª que deixou a Câmara Municipal com quatro meses de salários atrasados, não por culpa de V. Exª, mas por culpa do cidadão Prefeito de Cuiabá, Roberto França, que não fez o repasse necessário a V. Exª para que V. Exª pudesse administrar aquela Casa...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Informo ao Deputado Roberto Nunes que dispõe de três minutos.

O SR. ROBERTO NUNES - Muito obrigado, Sr. Presidente, que me cortou no momento em que eu ia dizer que o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho gostaria de ter saído daquela Casa com a folha em dia - mas, infelizmente, o Prefeito Roberto França não permitiu - como foi o meu caso, quando fui Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito era o Sr. Dante de Oliveira.

V. Exª era Vereador, meu colega na época, acompanhou-me e sabe que eu saí de lá e não paguei apenas o mês de dezembro, mas paguei o 13° também. E não foi o Presidente Roberto Nunes que pagou, foi o Prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, que fez o repasse ao Poder Legislativo Municipal. Isso não aconteceu com V. Exª.

Saia desse barco, Deputado, esse homem é enganador do povo mato-grossense. É enganador do povo cuiabano. Enganou os pescadores, o povo e quer enganar mais uma vez, mas nós não vamos deixar, nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ROBERTO NUNES - Concedo um aparte a V. Exª, Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Deputado Roberto Nunes, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. ROBERTO NUNES - Meu querido Deputado Wilson Teixeira Dentinho, fica para uma outra vez, na Sessão noturna, ou logo mais ainda.

V. Exª, se quiser defender o Prefeito, uma vez que o Prefeito tentou destruir a imagem de V. Exª, como Presidente daquela Casa... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Exm° Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, Srs. Deputados, talvez eu não vá ter a empolgação dos meus antecessores que falaram empolgadamente, mas nem precisa, porque eu vou falar a linguagem dos pescadores que estão aqui nos dando a honra da presença neste plenário.

Srs. pescadores, para o Deputado Benedito Pinto, os senhores são divisas importantíssimas para o Estado de Mato Grosso; os senhores não representam apenas e tão-somente um profissional mato-grossense, representam a nossa cultura, representam algo que serve de divisa para o Estado de Mato Grosso; os senhores fazem com que Mato Grosso seja reconhecido como o melhor peixe do Brasil de água doce; são os senhores que fazem com que os nossos restaurantes tenham condições de oferecer para os brasileiros e para todas as pessoas do País que vêm a Mato Grosso o sabor da culinária, do pescado mato-grossense. Os senhores são a divisa de Mato Grosso.

Falar em turismo mato-grossense sem falar dos serviços dos senhores para levar o peixe à mesa dos restaurantes é não ter argumentos para falar de turismo em Mato Grosso (PALMAS DAS GALERIAS).

Não teremos como falar de turismo em nosso Estado sem falar de vocês que são ribeirinhos. Não teremos como falar de pesca em Mato Grosso, compreendendo as três bacias importantes deste Estado, sem fazer referência aos senhores que conhecem as intempéries do tempo à margem dos nosso rios. Se formos falar em turismo, no saboroso peixe que existe em Mato Grosso e não lembrarmos dos senhores, que estão de madrugada arriscando as suas vidas, a sua saúde, a sua família para enfrentar as intempéries do tempo, muitas vezes debaixo de chuva, muitas vezes no frio, ao som de milhares de mosquitos, que estão muitas vezes trazendo enfermidades aos senhores. Se falarmos em referência de Mato Grosso e não nos lembrarmos dos senhores, nós estaremos esquecendo daquilo que é a principal referência mato-grossense.

Nós não estamos aqui, eu não estou nessa luta em hipótese nenhuma pensando naqueles que tentam usar os senhores apenas como uma mão-de-obra barata,

apenas como uma mão-de-obra desqualificada. Nós queremos que vocês pescadores sejam reconhecidos na sociedade mato-grossense como cidadãos capazes de proporcionar divisa ao Estado, capazes de proporcionar ao Estado de Mato Grosso o que nós chamamos de divisa saborosa, que é o pescado mato-grossense. Para tudo isso, nós estamos debatendo há mais de um ano uma lei que venha a ser uma lei pelo menos mais próxima, mais coerente com a realidade do cidadão.

É claro que nós estamos numa época em que todo mundo está olhando para a Amazônia, em que todo mundo está de olho na Amazônia, em que todo mundo está de olho no Pantanal Mato-grossense. Esta é a razão, Srs. Deputados, de o Banco Mundial estar financiando quatrocentos milhões de dólares para o Pantanal Mato-grossense, porque está de olho nesse santuário ecológico que existe só nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nem um outro Estado deste País, nem um outro país deste Planeta possui um pantanal, que nós chamamos de santuário ecológico do mundo. Está todo mundo de olho nessa beleza que tem Mato Grosso, em nossos rios, que são os rios que aparecem a melhor qualidade de pescado do mundo. Então, é lógico que alguém tente, é lógico que alguém procure, de uma forma ou de outra, pisotear, destruir uma classe que é referência.

Antes de existir Cuiabá, Deputado Gilney Viana, já existiam ribeirinhos às margens do Rio Cuiabá; antes de existir Barra do Garças, antes de existir a cidade do Araguaia, já existiam os ribeirinhos às margens do Rio Araguaia; antes de existir Sinop, antes de existir Alta Floresta, já existia alguém às margens do Rio Teles Pires; antes de existir habitantes em Mato Grosso, já havia alguém às margens do Rio Guaporé! Então, é importante o assunto, e nós temos que ter cuidado.

Quando nós buscamos cientistas que conhecem a área do pescado dentro das nossas bacias, nós não procuramos nenhum cidadão de outro Estado, porque sabemos que é complexa a situação de Mato Grosso, nós buscamos cidadão com conhecimento de causa, dentro da Universidade Federal de Mato Grosso, que vise a nos assessorar, a fim de que pudéssemos apresentar um projeto que fosse, pelo menos, senão o melhor, mas chegarmos perto da realidade, para não destruirmos esses cidadãos que estão aí há centenas de anos às margens dos nossos rios.

Aqui tem cidadão que já é neto de pescador, aqui tem cidadão que já é bisneto de pescador, aqui tem cidadão que já é trineto de pescador e está mantendo a sua posição, está cuidando dos nossos rios, está mantendo a sua posição, muito embora com muita tristeza, porque muita vezes vê a destruição por que passam os nossos rios.

Quando um cidadão como esse está pescando e passa um bacana em uma lancha de 450 cilindradas, arrebentando as bacias - 450 cilindradas, Deputado Wilson Teixeira Dentinho! Nós temos lanchas passeando em nossas bacias, nossos rios, que é um crime! Que é um crime! Eu estou tentando junto à Marinha uma posição nesse sentido, porque não é possível, quando um cidadão desses está na canoa e passa uma lancha dessas, mesmo que seja de 250HP, Deputado, ele tem que encostar e segurar no que for possível, senão ele vai para o fundo do rio (PALMAS DAS GALERIAS).

É essa a realidade que muitas pessoas não conhecem, é essa a realidade que muitos cidadãos não conhecem e querem fazer lei, para poderem ter uma forma de intimidar um cidadão desse. Essa lei nossa incrimina os cidadãos, incrimina o pai de família, incrimina os cidadãos de bem... (NESTE MOMENTO, O ORADOR ESMURRA A TRIBUNA, QUEBRANDO O VIDRO.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Peço cuidado a V. Exª, porque o vido quebrou e poderá feri-lo.

Continua com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Humberto Bosaipo, eu agradeço, peguei de mal jeito nesse vidro e bati um pouco duro... (RISOS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não tem problema, apenas estamos cuidando de sua saúde.

O SR. BENEDITO PINTO - É exatamente porque quando falo desse assunto, Deputado Humberto Bosaipo, eu me sinto em casa e extrapolo um pouco.

Mas eu estava dizendo que o cidadão, além de ser condenado pela legislação, ainda é condenado em seu trabalho...

O Sr. Roberto Nunes - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Na verdade, ele está impossibilitado de pescar, ele está impossibilitado de pescar porque as lanchas que estão passeando nos rios impedem a pesca, porque as ondas que essas lanchas provocam são verdadeiros meios para poder destruir esses cidadãos.

Então, de que forma? A melhor forma, Deputado Gilney Viana, é colocarmos o pé no chão e fazermos uma lei digna...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre orador que V. Exª dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Infelizmente, não será possível, mas eu agradeço aos senhores que vieram aqui. À tarde, nós teremos uma Audiência Pública, às 15:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo, quando, naturalmente, os senhores poderão contar comigo.

Existe uma lei de nossa autoria que eu só vou retirar se houver um acordo, porque houve orientação dos senhores, essa lei foi feita com base em subsídios que todas as colônias mandaram - a maior parte das colônias ofereceram subsídios para que essa lei fosse redigida e pudesse estar tramitando.

Então, são os senhores que irão decidir, nós iremos estar ao lado dos senhores, porque entendemos a preocupação dos senhores. Só pelo fato de os senhores ainda estarem aqui, saíram de Rondonópolis, de Cáceres, de cidades distantes de Cuiabá, já merecem o grande respeito de todos nós. Muito obrigado (PALMAS DAS GALERIAS).

O Sr. Roberto Nunes - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Nobre Presidente, eu solicitei a palavra, pela Ordem, emocionado pelo tema, para falar nas Explicações Pessoais e pedir desculpas ao nobre Deputado pelo fato ocorrido na noite de ontem, a todos os Srs. Deputados, porque às vezes no Parlamento é assim mesmo, não se chega às vias de fato, mas é bom ter aí uma postura firme.

Nós tínhamos acabado de sair de uma reunião onde havíamos decidido que quando um colega Deputado estivesse falando, o outro Deputado não interferiria, pedindo a palavra, para uma Questão de Ordem. E, naquele momento, eu não sabia de quem era o projeto, eu até pensei que fosse do Deputado Moacir Pires, mas eu peço desculpas a todos os Srs. Deputados, uma vez que eu vi também, e me lembrei do fato, o Deputado Benedito Pinto, aqui, dando um murro na mesa e essas coisas acontecem no afã de querermos defender os nossos ideais. Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço escusas aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esta Mesa, em nome da Presidência, louva a atitude do Deputado Roberto Nunes. O que nós queremos do Parlamento é exatamente essa compreensão, principalmente nos debates mais acalorados. Meus parabéns, Deputado!

Eu pediria aos Srs Deputados que falassem da tribuna do lado esquerdo, uma vez que a outra está com o vidro quebrado e tem estilhaço. Muito obrigado.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, essa tribuna é da Situação e a outra é da Oposição, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Primeiramente, V. Exª não teve permissão para falar ao microfone, falou indevidamente, o que eu não vou permitir da próxima vez. Segundo, eminente Deputado e grande líder Gilney Viana, as tribunas da Casa são livres, não há uma conceituação de Oposição e Situação nas tribunas, e V. Exª poderá usá-las tanto para defender quanto para atacar as suas idéias, contrárias ou não. Muito obrigado

Com a palavra, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos parabenizar os Deputados por essa luta. Eu tenho certeza de que nós vamos discutir esse Projeto de grande importância e, em hipótese alguma, poderão os Srs. pescadores, trabalhadores, pais de família, serem prejudicados. Esse Projeto, tenho certeza de que terá grande valia para toda a família que habita na beira do rio.

Mas eu estou usando a palavra, Sr. Presidente, e até gostaria da presença do nobre colega Moacir Pires, que não está presente, infelizmente ele saiu, porque ele disse em seu pronunciamento que o dinheiro que o Governador está investindo no PADIC foi "mal investido" - ele usou esse termo, e eu acho que ele foi infeliz ao dizer isso, mas não quero dizer com isso que ele não esteja por dentro do PADIC.

O PADIC é um programa que o Governador Dante de Oliveira criou, de muita importância para todo o Estado de Mato Grosso. Eu vou defender a minha região, porque tem projetos aprovados como o de Santa Terezinha, que foi aprovado para os índios, para a criação de tartarugas e que está lá, eu tive a oportunidade de ver a aplicação desse projeto que está em plenitude.

Esse projeto, em outras regiões, forneceu estradas, energia. Esse projeto foi aprovado através do nosso empenho nas comunidades, e a comunidade teve oportunidade de comprar máquinas de arroz, fazer barracão, motor de luz, farinheira.

Então, eu quero dizer ao nobre colega, Deputado Moacir Pires, que ele tem que se aprofundar, fiscalizar e visitar os projetos do PADIC que foram aprovados, principalmente os da na minha região, os quais conheço profundamente.

Em Ribeirãozinho, por exemplo, teve financiamento de energia elétrica, e esse dinheiro é um financiamento de fundo perdido, por isso as comunidades, os trabalhadores não têm que devolver o dinheiro aos cofres públicos.

Então, eu quero dizer ao ilustre Deputado que eu vou lutar, vou continuar lutando, para que continue liberando verbas para o PADIC.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu informo que antes da solicitação da palavra, pela Ordem, de V. Exª, está inscrito o Deputado Wilson Teixeira

Dentinho. V. Exª, se quiser tratar do assunto, poderá se inscrever, que temos vagas ainda nas Explicações Pessoais.

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, colônia de pescadores, a nossa fala é sobre a questão que o Deputado Roberto Nunes disse aqui. Como eu sou amigo do Deputado Roberto Nunes e amigo pessoal, também, do Prefeito Roberto França, eu acredito que nós temos que lutar aqui para que esses dois homens, os quais considero grandes homens públicos, políticos que são, possam no dia de amanhã falar a mesma língua e trazer grandes projetos para o Estado de Mato Grosso.

Eu acho que não vale a pena aqui uma discussão para criticar o Deputado Roberto Nunes e, ao mesmo tempo, estar avaliando o Prefeito Roberto França. Eu acho que a sociedade está tranqüila, consciente, já deu a avaliação do Prefeito Roberto França. E eu admiro e gosto muito do Deputado Roberto Nunes também.

Mas nós vamos falar agora, Sr. Presidente, também nas Explicações Pessoais...

Eu vim aqui, Deputado Benedito Pinto, e gostei muito de sua fala, mas o que nós temos que falar também aqui, desculpem-me os pescadores, que eu considero escravos de frigoríficos, porque quem ganha dinheiro com peixe são os frigoríficos, e todos os senhores aqui sabem disso, e se nós aqui não falarmos a verdade um para o outro vai ficar aqui que nesta Casa vocês vêm, fazem barulho e nós gostamos e achamos bonito. Da minha parte, podem ter certeza, e a postura dos nobres Deputados aqui é, na maioria, essa a postura de todos eles...

O que nós temos que discutir dentro da lei também, Deputado Benedito Pinto, é a questão do atravessador, o frigorífico. Tem que se arrumar um meio de a colônia de pescadores, a cooperativa deles incentivar para que eles possam vender o seu peixe... (PALMAS DAS GALERIAS) ...porque quem está ganhando dinheiro com peixe hoje não é o coitado, aquele que V. Exª citou aqui, que fica na canoinha no rio, não - eu tenho certeza de que não é, tenho total e absoluta certeza disso! E eu acho que para isso nós temos que chamar o Governador e mostrar para ele que nós também somos inimigos desse atravessador que é o frigorífico, que estoca, que vende o peixe fora de medida, que manda para São Paulo, que passa nas barreira e, às vezes, ninguém vê. Esse, sim, é o que acaba com o peixe do Rio Cuiabá.

Agora, também é bem claro, nós temos também, Sr. Presidente, companheiro Humberto Bosaipo, que hoje preside esta Sessão, antes de votarmos esse projeto, que formar uma caravana de Deputados para descermos o Rio Cuiabá, de Santo Antônio a Barão de Melgaço, e subirmos, da Guia até Rosário Oeste.

Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, está provado por "a" mais "b" que nessas regiões que estou citando não tem só o bom pescador, não. Tem o depredador também, aquele que põe taquara no rio de cima até embaixo; e à noite, nos poços, eu já vi jogar tarrafões. Quero deixar bem claro aqui que eu não estou dizendo que são os senhores, mas eu acho que os senhores têm que somar conosco e pensar no dia de amanhã para tirar esse "cabra" do rio de todo jeito.

Agora, Deputado Benedito Pinto, no seu projeto também tem que ter a fiscalização permanente da FEMA ali. A FEMA vai numa semana em um e vaza para outro (PALMAS DAS GALERIAS). Não adianta, ali tem que ter um posto da FEMA, porque aquele que é organizado na sua colônia vai lá e pesca direitinho, cumpre a lei e, à noite, vê outro jogando

espinhel, tarrafão, pondo taquara no meio do rio. Para se ter uma idéia, da Guia até o trevo não se navega mais de barco. Falo isso aqui tranqüilamente, porque eu tenho uma chácara no Baú e não compensa mais pescar lá. Ou você vai brigar com o cidadão que está ali defendendo o seu pão de cada dia, ou você vai para a sua casa. É melhor ficar lá para não ter problema de briga. Eu acho que nós temos que fazer esse trabalho de buscar.

Na ponte de Várzea Grande, na Mário Andreazza, a ponte que foi inaugurada agora, no meio do rio tem duas taquaras, se não estiverem essas taquaras lá, tiraram hoje, porque ontem ainda estavam lá, às 17:30 horas. Eu vi as duas taquaras quando passei na ponte Mário Andreazza. Então, nós temos que rever também essa questão da fiscalização, essa história da carteirinha inconstitucional - e eu considero inconstitucional essa carteira do pescador. Agora inventaram uma carteira de um mês, Sr. Presidente, que é para ganhar dinheiro mais fácil. Isso é um absurdo! Estão achando que o povo é bobo.

(O DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Eu sei lá quem implantou, Deputado Roberto Nunes.

Mas nós temos que trazer para cá o Secretário de Meio Ambiente e parar com essa utopia, com essa história, principalmente de cobrar carteira de quem vive do peixe (PALMAS DAS GALERIAS).

E dizer, também, que nós vamos trazer o turismo para Mato Grosso, liberando quinze quilos de peixe ou dez para o pescador amador, nós vamos tirar os turistas todinhos de Mato Grosso e levar para Mato Grosso do Sul, Manaus e Rondônia! É bom também se dizer isso, porque no Primeiro Mundo, hoje, o maior investimento que existe é no turismo.

Agora, Srs. pescadores, eu gostaria também de depois ter um debate com as colônias, de ter um debate muito franco com vocês, porque eu sou também amante da pesca, mas da pesca com anzol, não da pesca com espinhel, da pesca com bóia, tarrafa, rede, isso aí é ultrapassado, e nós estamos destruindo o que é nosso e dos nossos filhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, Líder do PFL.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, colegas Deputados, pescadores, colônias de pescadores aqui presentes, após observar o discurso emocionado do Deputado Benedito Pinto que também conhece a realidade dos pescadores, dos ribeirinhos, principalmente da nossa região aqui da Baixada Cuiabana, eu que sou ligado de uma forma muito particular ao meu companheiro Germano, da Varginha, irmão do meu querido Vereador Bugre, de Santo Antônio de Leverger, e que tenho sempre acompanhado, com muita sensibilidade, principalmente através deles, vendo o sofrimento por que passam os ribeirinhos sempre espezinhados, sempre sendo os responsabilizados por serem os mais fracos pelos desmandos ou por possíveis depredações do Rio Cuiabá e de toda a bacia do nosso Estado.

E quando eu ouço o companheiro Wilson Teixeira Dentinho falar que os pescadores são escravos de frigoríficos, que nós temos que exterminar os atravessadores, que a bem da verdade não deixa de ser uma realidade o que o Deputado colocou, que os ribeirinhos que tradicionalmente, secularmente sobrevivem da pesca, da subsistência disso, até porque só sabem fazer isso. Como disse V. Exª, Deputado - - se brincar - aqui tem tataraneto de pescadores, porque toda a vida, com a enchente de 1974, sem enchente de 1974, com enchente de 1995, sem enchente de 1995, eles são tirados das barrancas dos rios e

voltam para as barrancas, porque é o amor àquilo que é a sobrevivência, a subsistência dele e de sua família.

Bem sabe V. Exª, será que se fosse por uma opção pessoal de cada um deles, eles estariam lá pescando para sobreviver ou estariam ganhando salários milionários para dar mais dignidade para suas famílias? Com certeza, é até por uma falta de opção e é por amor à pesca, amor àquilo que fazem, porque eles sobrevivem da pesca e fazem da pesca a subsistência.

Eu quero aqui deixar, em rápidas palavras, a posição clara e sensível do Deputado Emanuel Pinheiro a favor dos ribeirinhos, dos pescadores. Eu não tenho tanto conhecimento de causa, como tem aqui o Deputado Benedito Pinto, ou o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, ou tantos outros colegas, mas sei do malefício, da causa ribeirinha, vamos assim colocar, que essas possantes lanches de veraneio que trafegam no Rio Cuiabá, principalmente no trecho Santo Antônio do Leverger a Barão de Melgaço são prejudiciais ao pescador ribeirinho e à própria natureza.

Eu me recordo que antes de tomar posse no cargo de Deputado Estadual em 1995, no auge daquela enchente terrível, eu fui à Marinha pedir que ela desse um basta naquele período nas lanchas magnânimas, porque estavam ajudando com suas marolas a desbarrancar mais rápido o Rio Cuiabá, tirando centenas de pais de famílias, e até colocando em risco a vida de centenas de pais, de filhos de famílias ribeirinhas que sobrevivem e vivem nas beiras do Rio Cuiabá. Eu tive...

A Srª Serys Slhessarenko - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Pois não, Deputada.

A Srª Serys Slhessarenko - Vou ser bastante breve, porque eu não tenho mais espaço para falar.

Eu agradeço o seu aparte antecipadamente, mas apenas para conclamar todos os Srs. Deputados para estarem presentes hoje à tarde na Audiência Pública, porque eu concordo com a sua fala, quando V. Exª disse que nós estamos aqui, eu pelo menos estou aqui, para apoiar as decisões da maioria dos pescadores. E essa busca será definida na Audiência Pública com certeza.

Então, que todos os Srs. Deputados se façam presentes ou pelo menos a maioria, principalmente aqueles que estão defendendo o Projeto do Governo, para que realmente se sensibilizem e venham para a votação com uma posição clara e definida, do lado dos trabalhadores da pesca. Muito obrigada.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu agradeço o aparte da Deputada Serys Slhessarenko e incorporo-o com muito prazer ao nosso pronunciamento, que nada mais é, Deputada, uma manifestação de solidariedade a quem vive e sobrevive da pesca da subsistência. Isso pode até ser redundante e repetitivo.

E eu quero dizer aos senhores, meus amigos pescadores, que eu posso até não ter um grande conhecimento da causa pesqueira, mas eu tenho um grande conhecimento, uma grande sensibilidade da necessidade de se tratar com dignidade, com amor e com respeito os pescadores ribeirinhos do nosso Estado. E é a isso que eu me proponho, e é com isso que vocês podem contar aqui com o Deputado Emanuel Pinheiro, com a Bancada do PFL, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moacir Pires e Deputado Romoaldo Júnior. Aquilo que for bom para os pescadores é bom para a Bancada do PFL.

Estaremos ao lado dos senhores, contra o Governo ou a favor do Governo, não importa, o que importa é que os senhores pescadores sejam atendidos na sua mais lídima reivindicação, que é o respeito a quem faz isso há séculos e séculos e constrói cidades do porte da própria Capital do Estado de Mato Grosso, a nossa querida Cuiabá, o mundo dos pescadores. Muito obrigado (PALMAS DAS GALERIAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Deputada, pescadores aqui presentes, a Sessão se transforma num apoio explícito da Assembléia Legislativa aos pescadores e pescadoras do nosso Estado.

Quero aqui também em meu nome e em nome dos pescadores da cidade de Rondonópolis, que vieram até aqui a convite dos Deputados Benedito Pinto e Gilney Viana, para esta Sessão, para a Audiência Pública que vai acontecer daqui a pouco.

Lembro-me, Deputados Gilney Viana e Benedito Pinto, que quando fui Prefeito da minha cidade, de 1989 a 1992, eu fui à Vila Mamede tirar pescadores dos braços da polícia, porque a polícia queria proibir o pescador de ganhar o seu sustentáculo do dia-a-dia. Tenho certeza absoluta de que a tomada de posição da Assembléia Legislativa para um projeto de lei que venha a equilibrar a vida dos pescadores, da família de pescadores do nosso Estado em tão boa hora ganha essa repercussão. O Estado inteiro está preocupado com o futuro, com esse movimento que deve ser de total apoio do Governo do Estado e, principalmente, que haja uma discussão bem ampla aqui para que nós possamos continuar dando total apoio aos pescadores e as suas famílias, neste Parlamento (PALMAS DAS GALERIAS).

O Sr. Benedito Pinto - V. Exª me concede um aparte?

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Concedo, nobre Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Hermínio J. Barreto, só para registar aqui um fato que ocorreu em Rondonópolis, aqui está o Presidente da Colônia de Rondonópolis: houve uma decisão da Justiça em retirar as canoas dos rios no período da Piracema. Como se o fato de a canoa estar no rio indicasse que o cidadão era um criminoso! Sabe o que isso representa? No mínimo, uma canoa, por mais simples que seja, custa de cento e cinqüenta reais a cento e oitenta reais! Ela, fora d'água durante um mês, pode tornar-se um cocho de colocar pasto para cavalo, porque ela não pode mais voltar para o rio. Ela, se ficar fora d'água por um mês, não pode ser mais utilizada, ela estraga! Aconteceu em Rondonópolis, uma decisão da Justiça retirou as canoas dos rios na época da Piracema. Se pode acontecer uma coisa dessa, eu não sei! Mas, aconteceu em Rondonópolis.

Nós não podemos admitir isso, Deputado (PALMAS DAS GALERIAS).

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Eu quero aqui agradecer o aparte do Deputado Benedito Pinto, que tem história neste Parlamento em defesa dos pescadores do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Deputados Benedito Pinto e Gilney Viana, Srª Deputada e Srs. Deputados, em todos os finais de ano, na época da piracema, há uma preocupação muito grande dos pescadores que têm seus filhos à beira do rio, na cidade, mas que vivem exclusivamente deste trabalho artesanal, buscando o sustento dos seus filhos.

Quero aproveitar a oportunidade aqui para podermos avançar mais nesta lei. Não é o salário mínimo de três ou quatro meses, Deputado Gilney Viana, que dá tranqüilidade

aos pescadores! Nós precisamos avançar, dando condição de o pescador continuar ganhando o seu dinheiro através da pesca, com respeito, que haja uma fiscalização direta da FEMA, mas que ele possa continuar pescando. Mesmo que diminua, na época da Piracema, os quilos de peixes que ele pode vender nas ruas, é preciso avançar numa lei que dá a tranqüilidade ao pescador, à pescadora, às famílias desses pescadores, para que eles não cheguem nos quatro meses ou três meses de Piracema preocupados: "Como é que nós vamos levar o leite para os nossos filhos? Como é que nós vamos dar o arroz, o feijão para nossos filhos e até o próprio peixe, se estamos proibidos de pescar na época da Piracema?"

Eu quero aqui, então, neste momento, pedir a todos que estão fazendo esse trabalho importante, para que nós avancemos, criemos alternativas para que na época da Piracema o pescador e a pescadora não fiquem perdendo o sono. Como é que eles vão dar o sustentáculo para sua família na época da piracema (PALMAS DAS GALERIAS)?

Aos pescadores da minha terra, aos pescadores de nosso Estado, podem ter a certeza absoluta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que esta Assembléia Legislativa tem que realmente, de uma vez por todas, achar o melhor caminho. E essa Audiência Pública, liderada pelo Deputado Gilney Viana e Deputado Benedito Pinto, fará com que todos nós possamos nos envolver neste trabalho, que possamos tirar, evidentemente, uma proposta séria, uma proposta fundamentada e que resolva de uma vez por todas para que nós não possamos aqui estar trazendo pessoas de ônibus, vindo aqui e deixando seus afazeres lá, que possam de uma vez por todas essa Audiência Pública e outras adiências que virão pela frente solucionar definitivamente a vida dos pescadores, sem depredar o meio ambiente de nosso Estado.

Podem contar com o meu apoio em todo momento, em toda hora aqui, nesta Casa de Leis, e também em Rondonópolis e em todo Estado de Mato Grosso. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires, do PFL.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobre Deputada, Srs. Deputados, Srs. pescadores, presidentes das colônias que se encontram aqui, Imprensa:

Hoje, eu estou duplamente feliz. Primeiro, porque nós recebemos a visita de professoras de uma escola de crianças excepcionais que vieram aqui reivindicar, dos Parlamentares, o que é de direito da comunidade, da população e o que é de direito do legislador, que é legislar pelo social.

Segundo, pela visita dos pescadores que lotam as nossas galerias. Eles vêm aqui contribuir, vêm cobrar dos Parlamentares para que ajudem a salvar o Rio Cuiabá e para que ajudem na sobrevivência de cada um dos senhores.

Nós, quando lançamos a nossa campanha para vereador, uma das nossas bandeiras era defender o Rio Cuiabá, o esgoto jogado *in natura,* pedindo para que fosse feito um trabalho biodigestor, copiado da cidade de Uberlândia. Um tratamento em que a metade dele já está pronto, feito no Governo Carlos Bezerra, que seria apenas represar a água dos esgotos e bombear para o tratamento, que está ao lado da ACRIMAT, e ali ele sai 85% tratado.

Fico triste, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Benedito Pinto, quando nós vamos na Baía de Siá Mariana, Chacororé, nas primeiras enchentes do Rio Cuiabá, e vemos lá a quantidade de lixo, de plásticos, de capuz de Fusca, de capacete, de tudo que é entulho jogado lá dentro. Isso prejudica a todos nós, ao futuro dos nossos filhos, aos peixes, aos pescadores.

Essa é a bandeira que nós estamos defendendo. Essa é a bandeira e nós chamamos a atenção dos Parlamentares desta Casa para que possamos juntos, somando com os pescadores, aprovar uma lei que condiz com o bem, para o bom desempenho do nosso rio, do futuro do Rio Cuiabá e que não prejudique a Associação dos pescadores.

O Sr. Benedito Pinto - Conceda-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. MOACIR PIRES - Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Benedito Pinto - V. Exª disse aí a respeito dos entulhos das baías.

No ano passado, a Baía de Chacororé foi impedida porque ela não teve condições... Ela não dava mais... A sua lâmina impossibilitava qualquer acesso, a não ser de canoa, a Baía de Chacororé, porque são essas as causas disso. Se continuar do jeito que vai a Baía de Siá Mariana, também este ano, no período mais seco que tiver, nós vamos estar correndo o risco de ter apenas um "canalzinho" para passar com um motor de 25-HPs.

Então, essas são as causas. Nós acompanhamos essa realidade e estamos vendo que, se não houver um cuidado com isso, como V. Exª bem refere aqui, na verdade, essas baías vão secar. Nós vamos ficar impossibilitados de poder ver essa beleza que existe em nosso Pantanal.

O SR. MOACIR PIRES - Srs. Parlamentares, nós pedimos fiscalização e novas idéias para levar ao Governador, levar aos Deputados Federais.

Eu já solicitei ao Deputado Murilo Domingos para que faça uma emenda reivindicando dinheiro para tratamento dos nossos esgotos que estão sendo jogados *in natura* nos nossos rios.

Antes da realização dessa audiência pública, por solicitação minha e do Deputado Gilney Viana, eu já estou satisfeito, porque a comunidade está participando. Lá deverá ser feita uma lei com participação da comunidade...(PALMAS DAS GALERIAS)... onde os Senhores vão poder opinar, uma lei que condiz com a boa pesca para os Senhores, e que será respeitada também pela Assembléia Legislativa.

Eu critiquei, agora mesmo, o Projeto PADIC, porque algumas pessoas pegaram esse dinheiro e não souberam investir, mas que um dia o Governo do Estado vai ter que pagar. Porém, vou também elogiar um dinheiro que foi dado do Projeto PADIC em Lucas do Rio Verde, onde as pessoas já estão criando o pintado, já estão criando o pintadinho lá para povoar os rios de Lucas do Rio Verde. É um Projeto bonito de se ver, foi um dinheiro bem empregado.

Eu gostaria de ver um cheque do PADIC sendo entregue às colônias, para os Senhores comprarem os seus caminhões, para não terem a figura do atravessador, para cada colônia pescar o seu peixe e os Senhores mesmos...(PALMAS)... poderem vender aqui em Cuiabá.

Essa crítica que eu fiz ao Projeto PADIC, aos cheques dados em dinheiro, em dólar, para depois as pessoas comprarem carro importado, tipo *Toyota*, *Mitsubishi,* e estar passeando aí, não foi feita para o pescador. O que o pescador quer com um *Mitsubishi*, com um *Toyota*? Ele precisa de um caminhão, de uma câmara fria para ter o seu peixe. Ele precisa ter uma represa para poder procriar os seus peixes, seus alevinos. É nisso...

O Sr. Roberto Nunes - V. Exª me concede um aparte?

O SR. MOACIR PIRES - Concedo o aparte a V. Exª, Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Nobre Deputado Moacir Pires, eu estou prestando atenção ao que V. Exª está falando. Infelizmente, não é verdade o que V. Exª está colocando,

de que o dinheiro do PADIC não foi bem aplicado. Eu não sei se a Colônia dos Pescadores recebeu algum PADIC...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE DA GALERIA SE MANIFESTA.)

O Sr. Roberto Nunes - Então, eu acho que a Colônia é responsável, a Presidência da Colônia é constituída de uma diretoria, quer dizer, não é o Governo que vai direcionar para que a associação compre determinado carro. O dinheiro tem - para a mobilidade da associação, para melhorar a qualidade de vida dos seus associados - agora, se o carro está transitando indevidamente, não é culpa do Governo.

Eu não quero dizer que seja inverdade o que V. Exª está colocando, eu quero apenas corrigir que pode até acontecer. Eu não quero colocar que seja culpa de V.Exª. Não é que seja inverdade, mas se está acontecendo, Deputado Moacir Pires, não é culpa do Governo, porque o Governo distribuiu, como V. Exª falou, os dólares, distribuiu o Real - sei lá - para melhorar a qualidade de vida do cidadão, do associado, agora, se essa associação está aplicando, usando o bem próprio, que é da comunidade, indevidamente, não é culpa do Governo.

O SR. MOACIR PIRES - Deputado Roberto Nunes, eu disse em parte. Eu elogiei a parte que foi bem empregada.

Eu acho que o Governo tem que ajudar, sim, mas tem que haver uma fiscalização, Deputado, aonde foi empregado o dinheiro e punir os culpados que empregaram o dinheiro mal. Tem gente que nem comprou, nem fez uma represa, nem comprou um caminhão e sumiu com o dinheiro...

O Sr. Roberto Nunes - V. Exª me concede um aparte, apenas para auxiliar?

O SR. MOACIR PIRES - É isso o que nós estamos criticando. É uma crítica construtiva. Eu quero que ajude...

Ainda ontem eu estava com um pescador, Leivim, que é Presidente da Câmara de Alto Paraguai, que criticou que o dinheiro do PADIC sumiu.

Nós vamos fazer uma indicação ao Sr. Governador para que ele dê dinheiro para que as pessoas aluguem terra para que na época da Piracema possam plantar caju, abacaxi...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao Deputado Moacir Pires que dispõe de três minutos para a conclusão do seu pronunciamento e nesse período não é permitido aparte.

O SR. MOACIR PIRES - Infelizmente, Deputado Roberto Nunes, só disponho de três minutos para concluir.

Então, nessa parte nós estamos pensando na população mais carente.

Alto Paraguai já foi uma região garimpeira, já foi uma região de garimpo de diamante e de ouro e, hoje, não existe mais garimpo, não há mais recurso para isso e nós pedimos, então, que o Governador dê dinheiro para esses lavradores, para que eles comprem, para que eles possam locar terra, para plantar e sobreviver dessa terra. É isso que nós estamos pensando.

Quero dizer a vocês que a Assembléia Legislativa, que Moacir Pires vai votar de consenso com este projeto de lei, junto com vocês, participativamente. O que vocês precisarem de nós, podem contar, porque nós estamos aqui de braços abertos para recebê-los (PALMAS DAS GALERIAS).

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção, colocar as coisas no rumo certo.

O nobre Deputado Moacir Pires foi à tribuna e disse que o dinheiro do PADIC não está sendo bem empregado.

O PADIC, como disse o Deputado Emanuel Pinheiro, é a salvação do Governo Dante de Oliveira. E é. É a salvação do povo de Mato Grosso. Foi um recurso a fundo perdido que o Governo conseguiu do Banco Mundial. Está sendo repassado para melhorar a qualidade de vida do nosso povo ribeirinho, do nosso pessoal da zona rural.

Agora, eu quero solicitar aqui do Deputado, uma vez que é fiscal da aplicação de recurso público, que ele denuncie a associação que não está fazendo bem a aplicação desse recurso. Porque eu acho que a associação que está aplicando bem esse recurso, com dignidade, com responsabilidade, é um dinheiro bem-vindo. Eu acho até que o Governador poderia conseguir mais recursos para que o PADIC pudesse melhorar a qualidade de vida de mais e mais cidadãos.

Agora, é fiscalizado, sim, o recurso do PADIC. Só recebe a segunda parte se a aplicabilidade desse recurso for condizente ao regulamento do Programa do PADIC.

Então, eu solicito até do Deputado, como responsabilidade dele, para que ele denuncie aqui a associação que não esteja aplicando bem esse recurso do PADIC.

E, aos Srs. pescadores, até as 15:30 horas. Nós estaremos junto com vocês para encontrar uma solução para o problema e para que o Governo possa ter uma responsabilidade maior com vocês (PALMAS DAS GALERIAS). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Não há mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais.

Antes de encerrar a presente Sessão, quero convidar a todos os Deputados para uma Audiência Pública, às 15:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo desta Casa, onde vamos tratar da Lei da Pesca, requerida pelos Deputados Benedito Pinto e Gilney Viana.

Nós agradecemos a presença dos pescadores. Muito obrigado a todos.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL) e Wilson Teixeira Dentinho.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: José Carlos Freitas (EM MISSÃO OFICIAL), do PPB; e Silval Barbosa (PTB), do Bloco Parlamentar Autonomia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Conferida por Regina Céli Arruda